



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis (28.03.2016), às 08h30min, no Fórum da Comarca de Conceição do Araguaia, onde se encontravam presentes a Excelentíssima Doutora **MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA**, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor **JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE**, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), a Excelentíssima Doutora **DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU**, Juíza de Direito Titular do Juizado Especial e Diretora do Fórum da Comarca de Conceição do Araguaia, os Senhores **DANIEL DOS REIS AFFONSO**, **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, **MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO** E **THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS** Assessores Jurídicos da CJCI, **MANUEL BELARMINO NETO**, Analistas Judiciários da CJCI e **CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO**, Auxiliar Judiciário da CJCI, deu-se por instalada Correição Geral Ordinária na Comarca de Conceição do Araguaia, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I. A Magistrada Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal e os demais servidores pediram a palavra para se manifestar:

A Juíza Titular a dificuldade de acesso a determinadas Comarcas do Interior, sobretudo porque na região há muitos assentamentos. Casos de mandados/cartas precatórias em Floresta do Araguaia, o juízo entra em contato com as outras comarcas para sugerir o cumprimento do mandado pelo Juízo de Rio Maria, devida a proximidade da área para cumprimento das diligências (cerca de 60 km). Sugere, portanto, que Floresta do Araguaia fique vinculado à Comarca de Rio Maria.

Registrou ainda, a dificuldade de defesa, principalmente nos processos criminais, isto porque a Defensoria Pública se encontra com carência de Defensores, situação que está sendo amenizada pela nomeação de advogados dativos.

Oficial de Justiça Mauricio ressaltou que além da sede, há 03 zoneamentos. Foi constatado que em Redenção, 70% da população é urbana e 30% rural. Em Conceição do Araguaia é o contrário, em que 63% é rural, o que está ocasionando grande dificuldade no cumprimento dos mandados, requerendo a nomeação de mais um oficial de justiça. No mais, alguns distritos ficam mais próximos de Santana do Araguaia e Redenção, como a região de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Casa de Tábua, localizada cerca de 210 km de Conceição do Araguaia e cerca de 100 km de Redenção e Santana do Araguaia. Os oficiais ficaram de entregar o estudo do zoneamento da região.

Os Oficiais de Justiça também reclamam que o sistema LIBRA não distribui os mandados de forma igualitária, pois alguns oficiais recebem mais mandados do que outros, em que pese os cinco oficiais estarem cadastrados no sistema e devolverem os mandados pelo mesmo. Ressalta-se que este problema não é em razão da distribuição por zoneamento, pois tal ocorrência é muito anterior à distribuição de mandado por zoneamento (em que um oficial fica responsável por uma área). Outra dificuldade registrada é a inconsistência dos dados extraídos do Sistema LIBRA, haja vista que o mesmo relatório, extraído em dias diversos, apresenta dados diferentes. Para exemplificar citou que se devolver um mandado num dia, extraído o relatório daqueles pendentes de devolução, o mandado devolvido não consta no relatório, mas se extrair no dia posterior, o mandado então devolvido é incluído pelo LIBRA como pendente de devolução.

Os servidores das varas relataram dificuldade em conseguir material de expediente, assim como, que as salas das secretarias são pequenas e insuficientes para o desenvolvimento dos trabalhos.

Reclamaram da ausência de central de mandados. A Magistrada possui a minuta para a central, a qual será disponibilizada pela mesma.

Informam que quando os computadores apresentam problemas, há demora na reparação, pois as máquinas são levadas a Belém para resolver. A comarca não dispõe de técnico, quando há necessidade é solicitado auxílio à Comarca de Redenção, que dispõe de um técnico para atender toda a região, o que na maioria dos casos é insuficiente.

Há necessidade de verificar o sistema de recabimento. Não é feita a manutenção dos computadores.

A Magistrada não está conseguindo utilizar o token para assinar eletronicamente no sistema LIBRA.

A distância entre a Comarca de Conceição do Araguaia e o Tribunal gera enorme prejuízo.

O Juizado não dispõe de rede de internet própria, foi feita uma adaptação com a rede do Fórum, para levá-la até juizado, que funciona na residência oficial.

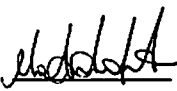


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

A distribuição ressalta que o sistema não suporta a carga de serviço, muitas vezes é feita a distribuição manual dos processos. Não consegue efetuar, também, o protocolo pelo sistema, de forma que são feitos manualmente. A exceção de protocolar manualmente, acaba virando regra.

Na 1ª Vara o problema é a falta de servidores, há uma pessoa para cumprir as determinais dos processos criminais e outra para cumprir os do cível.

Por fim, a Juíza Auxiliar informou que as reclamações serão levadas aos setores competentes a fim de sanar as problemáticas apresentadas.

Após, não havendo mais pessoas interessadas em se manifestar, Eu 
(Marco Antônio Pedrosa), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA

Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE

Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior


DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial e Diretora do Fórum da Comarca de Conceição do Araguaia


DANIEL DOS REIS AFFONSO

Assessor Jurídico


JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA

Assessora Jurídica


MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO

Assessor Jurídico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Thaiza M. P. Suano de Farias.

THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS

Assessora Jurídica

Manuel Belarmino Neto

MANUEL BELARMINO NETO

Analista Judiciário

Carlos Roberto Guimarães Pinheiro

CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO

Auxiliar Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Autos nº 2016.7000929-6

CORREIÇÃO ORDINÁRIA NA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Período: 28 e 29 de março de 2016.

Instalada a Correição em 28 de março de 2016, às 08:30 horas, foi iniciada com a realização de reunião da equipe da Corregedoria de Justiça das comarcas do Interior com os servidores e Juízes, no Salão do Tribunal do Júri da referida comarca.

O Juiz auxiliar da CJCI, dr. José Antônio Cavalcante, expôs sobre os trabalhos que seriam feitos nos Cartórios extrajudiciais. A Juíza auxiliar da CJCI, dra. Mônica Maciel Soares Fonseca, esclareceu como seriam desenvolvidos os trabalhos na Correição dos serviços judiciais nas Varas. Depois foi dada a palavra à Magistrada que estava respondendo por todas as Varas, Dra. Danielly Modesto de Lima Abreu, e aos servidores.

A Magistrada relatou dificuldade de acesso a determinadas localidades do interior, sobretudo porque na região há muitos assentamentos. Casos de mandados/cartas precatórias em Floresta do Araguaia, por exemplo, o Juízo entra em contato com outras comarcas para sugerir o cumprimento do mandado pelo Juízo de Rio Maria, devido à proximidade da área para cumprimento das diligências (cerca de 60 Km), pelo que, sugeriu que Floresta do Araguaia ficasse vinculado à Comarca de Rio Maria.

Registrou também dificuldade de defesa, sobretudo em processos criminais, porque a Defensoria Pública se encontra com carência de Defensores, situação que vem sendo amenizada pela nomeação de advogados dativos.

O Oficial de Justiça Maurício ressaltou a existência de 03 (três) zoneamentos além da sede, sendo 63% da população rural, o que dificulta o cumprimento de mandados, pelo que, requereu a nomeação de mais um oficial de Justiça. Informou que alguns distritos ficam mais próximos de Santana do Araguaia e Redenção, como, por exemplo, a região de Casa de Tábua, localizada a 210 Km de Conceição do Araguaia e cerca de 100 Km de Redenção e de Santana do Araguaia.

Os Oficiais de Justiça reclamaram a distribuição de mandados no Libra, alegando que não é feita de forma igualitária, pois alguns receberiam mais do que outros, em que pese estarem os cinco oficiais de Justiça cadastrados no Sistema e devolverem os mandados através do Libra.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça
Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Houve ainda outras reclamações de servidores descritas na Ata de Instalação constante do processo.

1ª VARA CÍVEL E PENAL

Juiz titular: sem Juiz titular. Estava respondendo pela Vara a Dra. **DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU**, então titular da Vara do Juizado Especial cível e criminal da comarca.

Competência: Cível e Penal. Infância de Juventude (privativa), Fazenda Pública, incluindo Execução Fiscal (privativa), Acidentes do Trabalho (privativa), Cível e comércio por distribuição e Criminal, Juízo Singular e Execução penal em meio aberto.

GABINETE

Está lotado 01 (um) Assessor, exclusivamente comissionado, e 03 (três) servidores cedidos do Município de Santa Maria das Barreiras.

O gabinete faz o controle da pauta de audiências. Os despachos e decisões designando audiência retornam do gabinete, com a data da audiência prefixada, sendo os processos separados dos demais. O gabinete também cadastra as audiências e é responsável por fazer o controle da pauta.

A Secretaria mantém o controle dos processos que aguardam audiência e após a expedição das intimações, os processos são acondicionados em caixas, e, se for o caso, seguem com vista ao Ministério Público ou à Defesa. Não sendo caso de remessa, os processos cíveis e os criminais com réus presos são tramitados no Sistema para a caixa aguardando audiência, no entanto, não estão separados por mês. Os feitos criminais de réus soltos estão divididos por mês (ainda estava pendente de cumprimento os feitos com audiências agendadas para abril/2016). A estagiária fica responsável pela verificação de pendências de devolução de mandado ou juntada de petições/documentos, e o faz no dia anterior à audiência, após o que, os autos são remetidos conclusos ao gabinete.

De acordo com o formulário preenchido, em anexo, as audiências são realizadas de segunda a sexta, sendo que a pauta de audiências está para maio de 2017. Os feitos urgentes têm audiências marcadas para, o prazo máximo de 45 dias.

SECRETARIA:

Há 06 (seis) servidores lotados na Secretaria, incluindo o Diretor, que é analista Judiciário, havendo 01 (um) Auxiliar Judiciário, 01 (um) Atendente Judiciário, 01 (um) Agente de Segurança, e 02 (dois) servidores cedidos, um pela Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia e o outro pela Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras. Há 01 (uma) estagiária de Direito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Há 5.550 (cinco mil, quinhentos e cinquenta) processos físicos mais tramitação externa, e 5.101 (cinco mil, cento e um) processos físicos, constando do Sistema Libra a informação sobre 6.461 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um) processos, pelo que, se observa discrepância de números, o que já havia sido constatado na Correição anterior, realizada na comarca no período de 27 de janeiro a 05 de fevereiro de 2014, não tendo sido efetuada baixa no Sistema, ou seja, a retirada do lixo eletrônico.

A Secretaria fica em uma sala de espaço físico reduzido, com dois compartimentos, onde se encontram os processos e trabalham os servidores.

Há identificação de processos através de fitilhos coloridos. Os da Infância e Juventude são identificados com fitilho verde; os da Meta 2 do CNJ possuem etiqueta pintada de laranja; os da Meta 4 do CNJ, etiqueta marrom; os da Meta 6 do CNJ, etiqueta azul; os que envolvem crimes contra a dignidade sexual possuem etiqueta rosa; as cartas precatórias possuem fitilho amarelo; os processos de Floresta do Araguaia são identificados com fitilho preto; os de Santa Maria das Barreiras, com fitilho lilás; os de idosos e outras prioridades possuem anotação em etiqueta branca na capa; os de réus presos possuem fitilho vermelho e os de portadores de necessidades especiais não se encontram identificados.

Alguns processos conclusos em gabinete não estavam identificados.

Havia 1684 processos cíveis e criminais incluídos na Meta 02 do CNJ, de acordo com o Portal de Metas, entretanto, ainda não havia sido atualizado o número de acordo com a Meta 02 de 2016 (julgamento até 31/12/2016 de 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012). De acordo com o Sistema Libra, havia 1628 processos incluídos na referida Meta.

Havia 22 (vinte e dois) processos cíveis e penais incluídos na Meta 04 do CNJ (ações de improbidade administrativa), de acordo com informação extraída do Portal de Metas, constando do Libra somente 12 (doze).

Havia 65 (sessenta e cinco) ações da Meta 06 do CNJ, de acordo com o Portal de Metas, sem atualização para o ano de 2016, que alcança as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013. No Sistema Libra, constava o número de 44 (quarenta e quatro) ações da Meta 06 do CNJ.

De acordo com contagem física, existiam 1832 (mil, oitocentos e trinta e dois) processos conclusos há mais de 100 dias, e 287 (duzentos e oitenta e sete) há menos de 100 dias, constando do Libra o número de 1632 (mil, seiscentos e trinta e dois) conclusos há mais de 100 dias.

Não é utilizada ferramenta de controle de prazo, havendo 210 (duzentos e dez) processos com vista ao Ministério Público, desde 16/01/2015, e 51 (cinquenta e um) com vista para advogado, desde 19/12/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

As armas e os bens apreendidos ficam guardados em armários de aço fechados no interior da Secretaria Judicial.

Nunca havia sido usado pela Vara o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), instituído pelo CNJ desde 2009, apesar de se tratar de Vara com competência para feitos da Infância e Juventude.

Usam os Sistemas de Adolescentes em conflito com a lei e o de bens apreendidos.

A publicação e conferência da resenha são feitas diariamente, pelo Gabinete da Vara, exceto dia de quarta feira ou quando a internet não está funcionando.

Havia 93 (noventa e três) iniciais pendentes de despacho em gabinete, sendo a data de conclusão mais antiga 01/10/2015, e, na análise de processos por amostragem, foram identificados processos do ano de 2012 sem qualquer despacho. Em gabinete, as iniciais estavam misturadas com os demais autos.

Fisicamente, foram identificadas 420 (quatrocentas e vinte) intermediárias não juntadas, constando do Sistema Libra 1.645 (mil, seiscentos e quarenta e cinco).

Havia 1.147 (mil, cento e quarenta e sete) feitos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial por mais de 100 dias e 691 (seiscentos e noventa e um) há menos de 100 dias. De acordo com o Sistema Libra, havia, no período de 14 de janeiro a 07 de fevereiro de 2014, 825 (oitocentos e vinte e cinco) mandados em poder dos Oficiais de Justiça, 60 (sessenta), desde 20/10/2014 e 05 (cinco) desde 24/03/2015.

Não há ferramenta eficaz de controle de prazo de devolução, mas os processos que aguardam devolução de mandado permanecem acondicionados em caixas identificadas como “aguardando devolução de mandado”, o que permite o controle e a cobrança.

Não havia adolescentes infratores internados provisoriamente.

Havia 29 (vinte e nove) processos conclusos com liminar/antecipação de tutela, pendentes de apreciação, e a conclusão mais antiga datava de 19/05/2015.

Havia muitos processos sentenciados pendentes de intimação da sentença e outros aguardando decurso de prazo para certificação do trânsito em julgado.

A Meta 01 do CNJ (julgamento no ano de um número maior de ações daquelas distribuídas no ano) não foi cumprida nos anos de 2012 a 2015.

Há equipe Multidisciplinar vinculada à Direção do Fórum, que atende aos feitos da Infância e Juventude, família, violência doméstica e familiar e ato infracional, composta por 01 (um) psicólogo cedido pelo Município de Conceição do Araguaia (desde 2011), que depois firmou contrato com Santa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Maria das Barreiras, e voltou a ser cedido em março de 2016, 01 (um) assistente social da Secretaria Estadual de Ação Social, e 01 (um) assistente social do quadro do TJPA.

* Seguem, em anexo, planilhas de análise processual, por amostragem, de processos das Metas 02 (cíveis e criminais), 04 e 06 do CNJ, processos cíveis e criminais excluídos das Metas, feitos de Ato Infracional e Infância e Juventude, e cartas precatórias.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ, que remanescem, em número bastante elevado;
- 2 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos das Metas 04 e 06 do CNJ;
- 3 – Dar cumprimento aos atos judiciais nos processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria, que são em número significativo, e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências e os resultados;
- 4 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, muitos com carga em aberto desde janeiro e fevereiro de 2014, utilizando ferramenta de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 5 – Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga para advogados desde 19/12/2014, e com o Ministério Público, desde 16/01/2015, e realizar cobrança periódica dos processos fora da Secretaria, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 6 – Manter os processos da Meta 02, da Meta 04 e da Meta 06 do CNJ separados dos demais;
- 7 – Incluir os processos ajuizados até 31/12/2012 entre os da Meta 02/2016 do CNJ, no prazo de 15 (quinze) dias;
- 8 – Distribuir as tarefas individualmente entre os servidores da Secretaria, para viabilizar a cobrança da prática de atos e diligências;
- 9 – Realizar mini mutirões na Secretaria, para dar baixa no Sistema dos processos sentenciados, com trânsito em julgado, para reduzir a taxa de congestionamento da Vara e o número de processos das Metas (se estiverem entre os concluídos), informando a esta Corregedoria de Justiça os resultados em até 60 (sessenta) dias;
- 10 – Cumprir, no prazo de 30 (trinta) dias, as diligências pendentes nos processos já sentenciados, e informar a esta Corregedoria de Justiça;
- 11 – Dar baixa no lixo do Sistema, o que, inclusive havia sido recomendado desde a correição realizada pela Corregedoria de Justiça do Interior realizada no período de 27 de janeiro a 05 de fevereiro de 2014, dada a discrepância de números entre os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

físicos e os do Sistema, para evitar aumento irreal da taxa de congestionamento da Vara;

12 – Os dois servidores da Vara que não providenciaram o token devem tomar essa providência, no prazo de 30 (trinta) dias;

13 – Atualizar o Sistema Libra com relação à devolução de mandados por Oficiais de Justiça e de processos com carga para Ministério Público e advogado.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

1 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 2 do CNJ, que são em número bem elevado;

2 – Dar prioridade e agilizar os processos das METAS 04 e 06 do CNJ;

3 – Analisar as petições iniciais pendentes de apreciação, sobretudo as que possuem pedido de urgência, e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a efetivação da análise (data de conclusão mais antiga: 19/05/2015);

4 – Despachar ou sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, em número de 1.832 (mil, oitocentos e trinta e dois), e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 60 (sessenta) dias, os resultados obtidos;

5 – Analisar os processos conclusos com pedidos de urgência (liminares e tutelas), no total de 29, com data de conclusão mais antiga em 19/05/2015, e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a efetivação da análise;

6 – Envidar esforços para o cumprimento da Meta 01 do CNJ (julgamento em um ano de número superior às ações ajuizadas), haja vista que não houve cumprimento nos anos de 2012 a 2015.

OBSERVAÇÕES:

1 – Durante a Correição, compareceu a Sra. Maria Regina Lima, que solicitou agilização do processo nº 0005032-17.2013.8.14.0017, que estava concluso desde 24/04/2014, conforme Termo de Declarações anexo, tendo a Juíza Danielly Modesto se comprometido a agilizar a ação ajuizada pela referida jurisdicionada.

2 – No Relatório da Correição anterior, realizada pela CJCI, no período de 27 de janeiro a 05 de fevereiro de 2014, verificou-se que havia recomendação à Magistrada Danielly Modesto de Lima Abreu para melhorar sua produtividade, que estava aquém do esperado, com somente 121 sentenças prolatadas em 2012, e 272 sentenças prolatadas em 2013, além da agilização dos despachos nos processos conclusos que somavam 2015, tendo constado ainda recomendação à Magistrada



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

para que determinasse à Secretaria da Vara verificação no Sistema Libra, para extinguir o lixo acumulado, resolvendo a discrepância entre os feitos físicos e os registrados no Sistema, bem como que determinasse, enquanto não implantada a Central de Mandados, a cobrança do cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça dentro dos prazos legais.

Verificou-se durante a Correição atual, no entanto, que não houve cumprimento das recomendações, tendo a Magistrada sido removida para a Vara do Juizado Especial Cível e Penal de Conceição do Araguaia, apesar de continuar cumulando a jurisdição com a 1ª Vara da comarca.

2ª VARA CÍVEL E PENAL

Juiz titular: sem Juiz titular, aguardando preenchimento da vaga, após remoção do Juiz. Estava respondendo pela Vara, desde 05/02/2016, a Magistrada DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU, cumulativamente com a 1ª Vara Cível e Penal, com a Vara do Juizado Especial Cível e Penal de Conceição do Araguaia, da qual é titular, e Direção do Fórum.

Competência: Cível e Penal. Privativa de Tribunal do Júri, Violência doméstica e familiar contra a mulher, Execução Fiscal, Família e Registros Públicos. Cível e comércio por distribuição.

GABINETE

Está lotada 01 (uma) assessora, exclusivamente comissionada, 01 (uma) Analista Judiciário e 01 (uma) servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia.

O gabinete faz o controle da pauta de audiências, sendo impresso mensalmente o relatório das audiências designadas, e fixado no mural do Fórum da comarca. Os despachos e decisões designando audiência retornam do gabinete com a data da audiência prefixada. O gabinete também cadastra as audiências e é responsável por fazer o controle da pauta. Após a designação e encaminhamento dos autos à Secretaria, é realizada a triagem e os processos mais urgentes são cumpridos de imediato, e os demais acondicionados em caixas, para cumprimento.

Após o cumprimento das diligências para realização das audiências, os processos são acondicionados em caixas identificadas com “aguardando audiência”, mas não são separados por mês.

Um dia antes da audiência, é verificado se há pendências de devolução de mandado ou juntada de petições/documentos, e os autos são remetidos conclusos. A pauta de audiências estava com designação até 24/06/2016. Os feitos urgentes são



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

marcados para, no máximo, 60 dias. As audiências são realizadas de terça a quinta, reservados os dias de segunda e de sexta feira para casos urgentes. São realizadas de 05 a 10 audiências por dia, dependendo do tipo de audiência.

SECRETARIA:

Há 07 (sete) servidores lotados na Secretaria, incluindo o Diretor, que é Auxiliar Judiciário, havendo 01 (um) Atendente judiciário 01 (um) Agente de Segurança, e 04 (quatro) servidores cedidos, 03 (três) pela Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia e 01 (um) pela Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia Há 01 (uma) estagiária de Direito.

Há 3.964 (três mil, novecentos e sessenta e quatro) processos, de acordo com a contagem física, e 4.290 (quatro mil, duzentos e noventa) processos físicos mais tramitação externa, constando do Sistema Libra a informação sobre 4.412 (quatro mil, quatrocentos e doze) processos.

A Secretaria fica em uma sala de espaço físico reduzido, com dois compartimentos, onde se encontram os processos e trabalham os servidores.

Há identificação de alguns processos, através de fitilhos coloridos. Os de violência doméstica e familiar contra a mulher, na cor verde; os de Santa Maria das Barreiras: fita adesiva roxa; os processos de Floresta do Araguaia, na cor preta; as cartas precatórias, na cor rosa; os da Meta 02 do CNJ, na cor amarela; os de réus presos, são identificados com fita vermelha.

A publicação e conferência da resenha são feitas diariamente, tanto pela Secretaria, quanto pelo Gabinete.

Constava o número de 438 (quatrocentos e trinta e oito) processos cíveis e criminais incluídos na Meta 02 do CNJ, de acordo com o Portal de Metas, entretanto, ainda não havia sido atualizado o número, de acordo com a Meta 02 de 2016 (julgamento até 31/12/2016 de 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012). De acordo com o Sistema Libra, há 690 (seiscentos e noventa) processos cíveis e 190 (cento e noventa) penais incluídos na Meta 02 do CNJ, ou seja, 880 (oitocentos e oitenta) no total, havendo discrepância numérica.

Não havia processos incluídos na Meta 04 do CNJ (ações de improbidade administrativa), de acordo com informação extraída do Portal de Metas e do Libra.

Com relação à Meta 4/2014-ENASP/CNJ (julgamento de 80% das ações penais de crimes dolosos contra a vida cuja denúncia foi recebida até 31/12/2009), havia 62 (sessenta e dois) processos, sendo que nos últimos 24 meses, foram realizadas 17 (dezessete) Sessões do Tribunal do Júri na comarca.

A Meta 01 do CNJ (julgamento no ano de número maior de ações do que as distribuídas), não foi cumprida no ano de 2012, nem no ano de 2013, tendo sido



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

cumprida no ano de 2014. Em 2015, não chegou a ser cumprida também.

De acordo com o Sistema Libra, havia 206 (duzentos e seis) processos conclusos há mais de 100 dias, e de acordo com a contagem física, havia 392 (trezentos e noventa e dois) conclusos há menos de 100 dias.

Aguardavam conclusão 22 (vinte e dois) processos, de acordo com a contagem física.

Não é utilizada ferramenta de controle de prazo, de modo que constava no Sistema Libra o número de 298 (duzentos e noventa e oito) processos com vista ao Ministério Público, desde 12/03/2013. Não havia processos com vista à Defensoria Pública nem a advogados.

As armas e os bens apreendidos são cadastrados somente no Sistema Libra, mas não no Sistema do CNJ, e estavam etiquetadas no interior de um armário dentro da Secretaria, de modo que havia armas pendentes de recolhimento.

De acordo com informação do Diretor de Secretaria, teria sido feito requerimento à Corregedoria para recolhimento de armas, em 30/09/2015.

Havia 77 (setenta e sete) iniciais pendentes de despacho em gabinete, de acordo com a contagem física, e 328 (trezentas e vinte e oito) petições intermediárias não despachadas (contagem física).

Foram identificadas 05 (cinco) iniciais pendentes de registro e autuação e 05 (cinco) pendentes de conclusão.

Havia 400 (quatrocentas) petições intermediárias não juntadas, de acordo com a contagem física, que não foram, portanto, remetidas à conclusão, entretanto, no Sistema Libra, constava o número de 1.923 (mil, novecentos e vinte e três) petições não juntadas.

Havia 929 (novecentos e vinte e nove) feitos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial por mais de 100 dias e 1630 (mil, seiscentos e trinta) há menos de 100 dias.

De acordo com o Sistema Libra, desde 10/01/2014, 697 (seiscentos e noventa e sete) mandados se encontravam em poder de dois Oficiais de Justiça, e 560 (quinhentos e sessenta) mandados, desde 13/01/2014.

Não há ferramenta eficaz de controle de prazo de devolução, mas os processos que aguardam devolução de mandado permanecem acondicionados em caixas identificadas como “aguardando devolução de mandado”, o que permite o controle e a cobrança. A cobrança é feita pelo Diretor de Secretaria, através de notificação, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, o Oficial de Justiça responsável pelo mandado, o devolva devidamente cumprido.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Há equipe Multidisciplinar vinculada à Direção do Fórum, que atende aos feitos da Infância e Juventude, família, violência doméstica e familiar e ato infracional, composta por 01 (um) psicólogo cedido pelo Município de Conceição do Araguaia (desde 2011), que depois firmou contrato com Santa Maria das Barreiras, e voltou a ser cedido em março de 2016, 01 (um) assistente social da Secretaria Estadual de Ação Social, e 01 (um) assistente social do quadro do TJPA.

* Seguem, em anexo, planilhas de análise processual, por amostragem, de processos cíveis da Meta 02 do CNJ, processos cíveis excluídos da referida Meta, processos de Execução Fiscal, de Execução Penal, Tribunal do Júri e violência doméstica e familiar, e cartas precatórias.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ que remanescem, em número bastante elevado;
- 2 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 04 ENASP/CNJ;
- 3 – Dar cumprimento aos atos judiciais nos processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria, que são em número significativo, e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências e os resultados;
- 4 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, muitos com carga em aberto desde janeiro de 2014, utilizando ferramenta de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 5 – Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga para o Ministério Público, desde 12/03/2013, e realizar cobrança periódica dos processos fora da Secretaria, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 6 – Manter os processos da Meta 02 e da Meta 04/ENASP do CNJ separados dos demais;
- 7 – Incluir os processos ajuizados até 31/12/2012 entre os da Meta 02/2016 do CNJ, no prazo de 15 (quinze) dias;
- 8 – Distribuir as tarefas individualmente entre os servidores da Secretaria, para viabilizar a cobrança da prática de atos e diligências;
- 9 – Realizar mini mutirões na Secretaria, para fazer juntada no Sistema das intermediárias que se encontram pendentes de juntada e conclusão, em número significativo, informando a esta Corregedoria de Justiça os resultados em até 30 (trinta) dias;
- 10 – Cumprir, no prazo de 30 (trinta) dias, as diligências pendentes nos processos já



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

sentenciados, e informar a esta Corregedoria de Justiça;

11 – Cadastrar as armas e bens apreendidos tanto no Libra quanto no Sistema do CNJ, no prazo de 30 (trinta) dias.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

1 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 2 do CNJ, que são em número bem elevado;

2 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 04 ENASP/CNJ, que remanescem no total de 62;

3 – Analisar as petições iniciais pendentes de apreciação, sobretudo as que possuem pedido de urgência, e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a efetivação da análise;

4 – Despachar ou sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, em número de 206 (duzentos e seis), e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 60 (sessenta) dias, os resultados obtidos;

5 – Analisar os processos conclusos com pedidos de urgência (liminares e tutelas), no total, e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, a análise;

6 – Envidar esforços para o cumprimento da Meta 01 do CNJ (julgamento em um ano de número superior às ações ajuizadas), haja vista que não houve cumprimento nos anos de 2012, 2013 e 2015;

7 – Solicitar à Comissão do TJPA o recolhimento das armas que se encontram na Secretaria, pendentes de encaminhamento.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Juíza titular: DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU, desde fevereiro de 2015.

Competência: feitos cíveis e penais incluídos na Lei nº 9.099/1995.

O Juizado Especial Cível e Criminal funciona em prédio próprio, ao lado do fórum, inaugurado em abril de 2014. Há 02 (duas) salas de conciliação, uma sala destinada à Defensoria Pública, uma à Promotoria de Justiça e uma à OAB. Há ainda a sala da Secretaria, a sala de audiência, e o Gabinete. Existe também espaço para depósito e para arquivo, copa e hall de entrada.

GABINETE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Há 01 (uma) assessora exclusivamente comissionada e 01 (uma) servidora cedida pela Prefeitura de Santa Maria das Barreiras.

As audiências cíveis de instrução antes eram realizadas de terça a quinta e as criminais às segundas e quartas. Foram realizadas somente 06 audiências em março de 2016, e, em fevereiro, foram realizadas 14 audiências de instrução.

As audiências são cadastradas pela Secretaria.

Em 2014, foi adotado o Projeto do Juizado Remoto, mas em 2015 não estava mais ativo.

A pauta de audiências estava para 2018.

SECRETARIA

Há somente 01 (um) servidor do quadro do TJPA, analista judiciário que ocupa a função de Diretor de Secretaria, e 02 (dois) auxiliares de Secretaria, cedidos pela Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras. Há 02 (dois) estagiários.

Há 02 (duas) conciliadoras e 01 (uma) servidora atermadora, cedida pela Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras.

Há 3.377 (três mil, trezentos e setenta e sete) processos no acervo do PROJUDI e 1191 (mil, cento e noventa e um) feitos ativos no Acervo do Libra, constando o número de 1160 processos, após contagem física mais tramitação externa do Sistema Libra.

Os processos cíveis e penais são separados por caixa, por fase processual.

Faltava dar baixa em processos devolvidos pelo Ministério Público.

Em TCO's de 2013 a 2015, foi verificada dificuldade de intimação das partes para comprovação do cumprimento da transação penal, para extinção da punibilidade.

Utiliza-se o Diário da Justiça para publicação das decisões do Sistema Libra, tendo sido constatada a existência de 14 (catorze) sentenças pendentes de publicação no Sistema, com a devida certificação do trânsito em julgado, algumas datadas do ano de 2014.

Constava o número de 1604 (mil, seiscentos e quatro) processos cíveis e criminais incluídos na Meta 02 do CNJ, tanto do Sistema PROJUDI quanto do Sistema LIBRA.

Utilizando-se como parâmetro o cumprimento da Meta 02/2015 do CNJ, a Vara cumpriu 43,41% da referida Meta, constando do Portal de Metas o número de 1115 (mil, cento e quinze) processos incluídos na Meta 02/2016 do CNJ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

(julgamento até 31/12/2016 de 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012).

A Meta 01 do CNJ (julgamento no ano de número maior de ações do que as distribuídas), não foi cumprida nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

De acordo com os Sistemas, havia 1.557 (mil, quinhentos e cinquenta e sete) processos conclusos há mais de 100 dias, e 120 (cento e vinte) conclusos há menos de 100 dias.

Nenhum processo aguardava conclusão.

Havia 193 (cento e noventa e três) processos paralisados em Secretaria por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 dias, dos quais, 96 criminais e 97 cíveis, e 69 (sessenta e nove) paralisados há menos de 100 dias aguardando cumprimento de atos.

Os processos com vista mais antiga ao Ministério Público datavam de março de 2016, no total de 76, e para advogado também (somente 01).

Havia 18 (dezoito) pedidos de urgência, sendo o mais antigo datado de 03/02/2015, pelo Sistema PROJUDI (processo nº 0000503-09.2012.814.0948), não havendo pedidos de urgência nos processos cadastrados no Sistema Libra.

De acordo com o Sistema Libra, desde 14/11/2014, 05 (cinco) mandados se encontravam em poder de 01 Oficial de Justiça, 02 (dois) mandados com outro Oficial de Justiça, desde 18/11/2015, 10 (dez) mandados, desde 13/04/2015 e 02 (dois) mandados, desde 26/06/2015.

Há uma caixa em Secretaria com mandados pendentes de devolução, que é verificada de dois em dois meses, havendo informação do Diretor de Secretaria de que os Oficiais de Justiça não estão devolvendo mandados pelo Sistema Libra, e que costumam pedir prorrogação de prazo quando o cumprimento da diligência é em outro Município.

A cobrança de cartas precatórias é feita bimestralmente dos mandados, via ofício, expedido através de malote digital.

O Sistema Libra acusou a existência de 200 (duzentos) processos que deveriam ter sido arquivados no último recadastramento.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ que remanescem, em número bastante elevado;
- 2 – Dar cumprimento aos atos judiciais nos processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria, que são em número significativo, e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências e os resultados;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

- 3 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, muitos com carga em aberto desde novembro de 2014, utilizando ferramenta de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 4 – Manter os processos físicos da Meta 02 do CNJ separados dos demais;
- 5 – Publicar, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo Sistema, as 14 (catorze) sentenças com trânsito em julgado já certificado, algumas datadas de 2014 que foram identificadas durante a Correição;
- 6 – Providenciar o arquivamento dos 200 processos apontados no Sistema Libra, no prazo de 60 (sessenta) dias, e, após, comunicar a esta CJCI o cumprimento da diligência;
- 7 – Dar baixa no Sistema, no prazo de 05 (cinco) dias, dos processos devolvidos pelo Ministério Público.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

- 1 – Dar prioridade e agilizar a conclusão dos processos da META 2 do CNJ, que são em número bem elevado;
- 2 – Antecipar a data das audiências dos feitos do Juizado, considerando a necessidade de celeridade na tramitação dos feitos;
- 3 – Analisar as petições iniciais pendentes de apreciação, sobretudo as que possuem pedido de urgência, no total de 18 (dezoito), sendo a mais antiga datada de 03/02/2015 (processo nº 0000503-09.2012.814.0948), e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a efetivação da análise;
- 4 – Despachar ou sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, em número de 1.557 (mil, quinhentos e cinquenta e sete), e informar a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 60 (sessenta) dias, os resultados obtidos;
- 5 – Envidar esforços para o cumprimento da Meta 01 do CNJ (julgamento em um ano de número superior às ações ajuizadas), haja vista que não houve cumprimento nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

CONCLUSÃO PARA PROVIDÊNCIAS

Verificou-se a necessidade de, pelo menos, mais 02 (dois) servidores do quadro do TJPA na Vara do Juizado Especial cível e penal da comarca, uma vez que há somente um servidor, analista judiciário, que ocupa a função de Diretor de Secretaria, considerando o número elevado de processos em tramitação na Vara, pelo que, se sugere à Exma. Sra. Desembargadora Corregedora de Justiça da CJCI que encaminhe à Presidência do TJPA, para análise.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

DIREÇÃO DO FÓRUM

A Direção do Fórum estava sendo exercida pela Juíza DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU, titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca.

O Secretário do Fórum é Marinô Ferreira da Cruz, auxiliar judiciário.

As pastas funcionais dos servidores encontram-se acondicionadas em um armário, divididas em lotes de servidores do quadro do TJPA e servidores cedidos. Os documentos guardados pela Secretaria do Fórum se encontram no mesmo armário, arquivados em pastas AZ, por tipo (ofícios, resoluções, portarias, provimentos), e por ano.

Há 03 (três) procedimentos administrativos na Direção do Fórum: uma sindicância encaminhada à comarca em 26/01/2012 (2011.7.007285-0), uma sindicância encaminhada à comarca em 16/04/2014 (2014.7000587-4), e uma sindicância encaminhada à comarca em 15/06/2015 (2014.70001024-5). Analizados os autos durante a Correição, foi constatado que sequer há certidão de recebimento dos autos e que não há Portaria instaurando a Comissão Sindicante.

RECOMENDAÇÃO: Que seja apresentada, no prazo de 05 (cinco) dias, justificativa sobre a não instrução das Sindicâncias delegadas pela Corregedoria de Justiça das comarcas do Interior, e que seja verificada, de imediato, a possibilidade de instrução e devolução dos autos à CJCI.

DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO

Há uma servidora responsável, que é agente de segurança, na função de Chefe da Distribuição.

O espaço físico é bom, e, da análise das atividades desenvolvidas, verifica-se que os servidores atuam de forma diligente, não tendo sido identificadas petições antigas aguardando registro/cadastro.

UNAJ

Está lotado um servidor auxiliar judiciário que exerce a função de Chefe da UNAJ.

O servidor informou que o boleto para recolhimento de custas iniciais é sempre emitido de imediato, mediante solicitação dos advogados, não havendo no



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

setor petições iniciais pendentes de emissão de custas.

De acordo com a disponibilidade de tempo, o servidor responsável pelo setor, procura diretamente nas Secretarias os feitos passíveis de cobrança de custas, diligenciando para o aumento da arrecadação da unidade, o que se refletiu no mês de fevereiro de 2016, na subida da comarca para a 12ª posição no ranking de arrecadação judicial do TJPA.

SALA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Há 05 (cinco) Oficiais de Justiça, todos do quadro do TJPA, não havendo nenhum nomeado *ad hoc*.

Não há Central de Mandados instalada na comarca.

Os Oficiais de Justiça informaram que, ante a previsão de futura instalação de Central de Mandados, foram encaminhados pelo TJPA alguns equipamentos com tal destinação, os quais, no entanto, foram distribuídos entre outros setores, até a instalação da Central. Os Oficiais de Justiça requerem a instalação da Central de Mandados, para haver maior controle na distribuição dos feitos, para que não haja sobrecarga de trabalho para nenhum deles.

Durante a Correição, os Oficiais de Justiça apresentaram à equipe da CJCI pedido de nomeação de mais três Oficiais de Justiça, considerando o número de processos em tramitação nas Varas da comarca e as distâncias entre o Município de Conceição do Araguaia e os Municípios abrangidos pela jurisdição da comarca: Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras (terceiro maior município do Estado).

Expõem no pedido que o Município de Floresta do Araguaia dista 117 Km de Conceição do Araguaia, sendo que de Redenção dista 98 Km e 75 Km de Rio Maria, e que o Distrito de Casa de Tábuas, que faz parte do Município de Santa Maria das Barreiras, dista de Conceição do Araguaia 210 Km, sendo que, de Redenção, dista 110 Km e de Santana do Araguaia, dista 90 Km.

Apontam também dados sobre a população rural da comarca em comparação à comarca de Redenção, informando haver nesta última 07 (sete) Oficiais de Justiça, e pedem que seja levado em consideração que o Juizado Especial cível e criminal da comarca foi transformado em Vara.

SUGESTÃO DE PROVIDÊNCIAS

Sugere-se à Exma. Sra. Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça da CJCI, que seja encaminhado à Presidência do TJPA o pedido formulado pelos Oficiais de Justiça, durante a Correição, para que o Setor



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

competente possa analisar a possibilidade de estudo sobre a viabilidade de vinculação da jurisdição do Município de Floresta do Araguaia à comarca de Rio Maria, considerando as distâncias apontadas no expediente, podendo ainda ser estudada a distância informada no pedido, do Distrito de Casa de Tábua, no Município de Santa Maria das Barreiras, que seria mais próximo de Santana do Araguaia, ou ainda a possibilidade de lotação de, pelo menos, mais um Oficial de Justiça em Conceição do Araguaia.

Sugere-se ainda que seja verificado se houve pedido de instalação da Central de Mandados na comarca.

DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar é composta por 01 (um) psicólogo, cedido pelo Município de Conceição do Araguaia (desde 2011), que depois firmou contrato com Santa Maria das Barreiras, e voltou a ser cedido em março de 2016, 01 (um) assistente social da Secretaria Estadual de Ação Social, e 01 (um) assistente social do quadro do TJPA.

Atende os feitos da Infância e Juventude, Família, violência doméstica e familiar e ato infracional (maior número de atendimentos).

A sala da equipe fica ao lado do Salão do Tribunal do Júri, e ocupa um espaço físico reduzido, com 01 (um) computador, sendo que as impressões ocorrem na impressora da Secretaria da 2ª Vara da Comarca.

Há 02 (dois) veículos para levar a equipe para visita domiciliar na zona rural.

São reunidos os estudos sociais que demandam visita domiciliar nas localidades mais distantes, como, por exemplo, Casa de Tábua, em Santa Maria das Barreiras, para que a equipe se desloque uma vez ao mês à localidade.

O atendimento psicológico é feito na sala de tamanho reduzido. O psicólogo informou que chegou a pedir brinquedos para montar brinquedoteca para crianças, mas ainda não foi possível o atendimento ao pleito.

Os integrantes da equipe fazem acompanhamento mensal da Unidade de Acolhimento da comarca, com visita uma vez por mês. Havia 15 (quinze) crianças e adolescentes em situação de risco, sendo que 04 (quatro) estavam aptos para adoção.

Foi informado que nunca usaram o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), instituído pelo CNJ desde 2009, e que o Conselho Tutelar fazia a ponte para a adoção.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NA CORREIÇÃO:

1 – Foi recomendado à equipe multidisciplinar, pela Juíza Auxiliar da CJCI, que providenciassem, de imediato, o cadastramento dos feitos junto ao CNA, através da Secretaria da 1ª vara, tanto dos pretendentes à adoção, quanto das crianças e adolescentes aptos à adoção;

2 – A Juíza Auxiliar da CJCI pediu ao Servidor Jacivaldo, da Corregedoria, que entrasse em contato com a Magistrada e com a Diretora de Secretaria da 1ª Vara, para providenciar o acesso ao Cadastro Nacional de Adoção, o que foi feito.

VISITA AO CENTRO REGIONAL DE RECUPERAÇÃO DE REDENÇÃO – CRRR

Foi realizada visita ao Centro Regional de Recuperação de Redenção pelo Assessor jurídico da CJCI, Marco Antônio Pedrosa de Araújo, conforme relatório anexo, havendo 295 detentos, sendo 269 homens e 26 mulheres, mas a capacidade de lotação é de 120 presos, sendo 111 homens e 09 mulheres.

Houve interdição parcial do presídio em março de 2015, de modo que passaram a não mais receber presos de outras comarcas, além de Redenção.

Os presos de Conceição do Araguaia são transferidos para o Presídio de Marabá ou para presídios da Região Metropolitana de Belém, o que dificulta o transporte e o deslocamento, além de os presos ficarem longe da família, em desacordo com o que dispõe a LEP.

DAS RECLAMAÇÕES

Durante a Correição ordinária, compareceu o Dr. Antônio Neves Ferreira, advogado Presidente da Subseção de Conceição do Araguaia, OAB/PA 3668-A, para registrar:

1 – Inexistência de Juiz titular, ou respondendo pela 1ª e pela 2ª Varas cíveis e penais da comarca, desde novembro de 2015, permanecendo somente a Juíza Danielly Modesto, titular da Vara do Juizado Especial, cumulando todas as Unidades Judiciárias e o Eleitoral, com prejuízo à boa prestação jurisdicional.

Cabe ressaltar que este item da reclamação já foi atendido pela Presidência do TJPA, com designação de Juizes substitutos para atuarem nas Varas da comarca de Conceição do Araguaia, de modo que se sugere à Exma. Sra. Desembargadora Corregedora de Justiça da CJCI, que seja expedido ofício ao Presidente da OAB, Subseção de Conceição do Araguaia, informando o cumprimento do primeiro pedido, em atendimento ao item 3 da reivindicação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2 – Ausência de Defensor Público na comarca, desde janeiro de 2016, tendo comparecido o Defensor Público de Xinguara somente um dia, com paralisação dos serviços da Assistência Judiciária, de modo que a OAB está auxiliando, através de advogados designados para o ato ou dativos, com arbitramento de honorários a serem executados;

3 – Já apreciado acima;

4 – Os advogados reclamam da demora na conclusão dos processos do Juizado Especial cível e penal, que deveriam ter tramitação mais célere, em virtude da finalidade da Lei nº 9.099/1995, havendo muitos processos conclusos para sentença há mais de 02 (dois) anos.

5 – Existência de somente 02 Promotores de Justiça na comarca, havendo necessidade, de, pelo menos, mais 01, considerando se tratar de ano eleitoral;

6 – A Juíza Danielly Modesto de Lima Abreu chegava no Fórum somente após 09:00 horas, deixando advogados e partes esperando o início das audiências designadas para 08:30 horas, 09:00 horas, que, às vezes, se iniciavam somente às 10:30 hs ou 11:00 horas. O Presidente da Subseção da OAB relatou que, apesar de solicitar certidão do Diretor de Secretaria sobre o atraso no início das audiências, não lhe era fornecida. Disse que a referida Magistrada permanecia no Fórum até mais tarde, por volta de 15 horas ou 16 horas.

6 – Apesar de as audiências do Juizado Especial serem unas, não havia prolação de sentenças, permanecendo diversos processos conclusos bastante tempo, aguardando julgamento.

SUGESTÕES:

Sugere-se à Exma. Sra. Desembargadora Corregedora de Justiça da CJCI que: sejam encaminhados ofícios ao Defensor Público Geral do Estado e ao Procurador Geral de Justiça do Ministério Público, encaminhando os pleitos do Presidente da Subseção da OAB de Conceição do Araguaia, com relação à inexistência de Defensor Público e à insuficiência no número de Promotores de Justiça, e que sejam solicitadas informações à mencionada Magistrada, sobre o alegado pelo reclamante no expediente.

OBSERVAÇÃO

Foram analisados todos os processos das Metas 04 e 06 do CNJ, e os que estavam prontos para julgamento, foram levados pela equipe de Correição até a Comarca de Marabá, para o Grupo de Trabalho instituído pela Presidência para análise desses feitos, a pedido do desembargador Ronaldo Marques Valle, Gestor das referidas Metas.

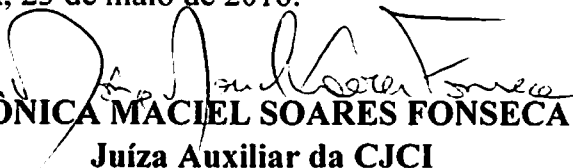


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

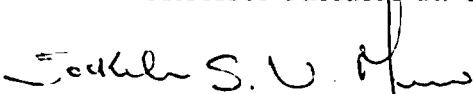
A Correição ordinária se encerrou no dia 29/03/2016, às 18:30 horas, na presença da Magistrada Danielly Modesto de Lima Abreu e dos servidores do Fórum da Comarca, conforme ata de encerramento em anexo.

É o Relatório, a ser submetido à apreciação da Exma. Sra. Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior.

Belém/PA, 23 de maio de 2016.


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


DANIEL DOS REIS AFFONSO
Assessor Jurídico da CJCI


JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica da CJCI


MARCO ANTÔNIO PEDROSA ARAÚJO
Assessor Jurídico da CJCI


THAIZA MARTINS PEREIRA
Assessora Jurídica da CJCI



Remetido via e-mail.

Belém, 11/02/16

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

PROCESSO Nº 2016.7.000929-6

**REQUERENTE: CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR -
CJCI**

**ASSUNTO: CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA**

DECISÃO/OFÍCIO Nº 1849/2016 – CJCI

Trata-se de **RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA** realizada pela equipe desta Corregedoria de Justiça na Comarca de Conceição do Araguaia entre os dias 28 a 29.03.2016.

Durante a estada na referida Comarca, constataram-se alguns problemas que podem vir a prejudicar o desempenho da atividade jurisdicional na Comarca, razão pela qual **DETERMINO** o encaminhamento de cópia da presente decisão, bem como do Relatório de Correição à Presidência deste E. Tribunal, para conhecimento e adoção da providência que entender necessária, conforme abaixo:

1. A conexão com a internet é ruim, havendo constantes quedas no sistema;
2. Ausência Defensor Público atuando na Comarca;
3. Há dificuldade para conseguir material de expediente;
4. Necessidade de melhor capacitação e treinamento dos servidores, sejam cedidos ou efetivos, para melhor manuseio dos sistemas utilizados por este Tribunal;
5. O veículo da Comarca não está suprimindo a demanda, havendo necessidade de barco para dar suporte às regiões ribeirinhas;
6. A Comarca não cumpriu as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
7. Não há regular alimentação dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça;
8. Análise para viabilidade de criação da Central de Mandados na Comarca;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

9. Não há técnico de informática na Comarca, havendo acionamento, quando necessário, de profissional lotado na Comarca de Redenção. Quando os computadores necessitam de reparos, os mesmos são encaminhados a Belém, causando grande demora entre remessa e devolução;

10. O Juizado Especial não tem rede de internet própria;

11. Problemas na utilização do Sistema de Acompanhamento LIBRA, principalmente na distribuição de mandados e processos;

12. Falta de segurança nas dependências do Fórum;

13. A unidade jurisdicional não está adaptada para receber pessoas portadores de necessidades especiais;

14. Há muitos servidores cedidos por parte das Prefeituras Municipais;

15. Espaço físico das Secretarias e dos Gabinetes são reduzidos;

16. Análise sobre a possibilidade de vinculação do Município de Floresta do Araguaia à Comarca de Rio Maria e do Distrito de Casa de Tábua (pertencente à Cidade de Santa Maria das Barreiras) à Comarca de Santana do Araguaia, em virtude das distâncias;

17. Análise sobre a possibilidade de titularização de magistrados na Comarca.

Também foi observada a inexistência de Defensor Público na Comarca de Conceição do Araguaia, seja titular ou respondendo mediante designação, razão pela qual **DETERMINO** o encaminhamento de cópia da presente decisão ao Defensor Público Geral, para conhecimento e adoção da providência que entenda cabível.

Com relação à superlotação do Centro Regional de Recuperação de Redenção – CRRR, **DETERMINO** o encaminhamento de cópia da presente decisão à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE, para conhecimento e adoção da providência que entenda cabível.

Diante de tudo que fora exposto, **DETERMINO** que, no prazo de 60 (sessenta) dias, os Juízes de Direito abaixo relacionados informem se cumpriram as recomendações abaixo descritas, bem como as existentes no Relatório de Correição:

Bautista



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

1ª Vara:

1. Providenciar a identificação e cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
2. Realizar a regular organização da secretaria e do gabinete;
3. Providenciar a regular alimentação dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
4. Realizar a juntada das petições pendentes, tanto física como eletronicamente;
5. Providenciar a regular tramitação processual e evitar a paralisação dos mesmos, especialmente os conclusos em gabinete há mais de 100 (cem) dias, assim como as demais prioridades;
6. Realizar o cumprimento integral das determinações judiciais, certificações, com a correta juntada dos documentos protocolados, incluindo a expedição de Guia de Recolhimento e Atestado de Pena a Cumprir;
7. Realizar a cobrança das custas finais antes da prolação da sentença;
8. Realizar cobrança de processos que se encontram com carga ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos Advogados, bem como os mandados que estejam com prazo extrapolado;
9. Realizar controle, cumprimento e cobrança das cartas precatórias (recebidas e expedidas) que já estejam com prazo extrapolado;
10. Distribuir os mandados aos Oficiais de Justiça por meio do Sistema LIBRA;
11. Providenciar a equiparação entre a contagem física e o acervo do LIBRA;
12. Observar as formalidades necessárias para o regular processamento dos autos, como certificações, carimbos e numeração de folhas;
13. Certificar e arquivar os processos finalizados e transitados em julgados;
14. Observar e cumprir as prioridades, especialmente os processos referentes aos réus presos e aos pendentes de apreciação de liminar;
15. Utilizar o controle de prazo disponibilizado pelo Sistema LIBRA;
16. Informar se as considerações e recomendações do Relatório de Correição foram cumpridas.

Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2ª Vara:

1. Providenciar a identificação e cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como aqueles que são dotados das prioridades garantidas por lei;

2. Realizar a regular organização da secretaria e do gabinete;

3. Providenciar a regular alimentação dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

4. Realizar a juntada das petições pendentes, tanto física como eletronicamente;

5. Providenciar a regular tramitação processual e evitar a paralisação dos mesmos, especialmente os conclusos em gabinete há mais de 100 (cem) dias, assim como as demais prioridades;

6. Realizar o cumprimento integral das determinações judiciais, certificações, com a correta juntada dos documentos protocolados, incluindo a expedição de Guia de Recolhimento e Atestado de Pena a Cumprir;

7. Realizar a cobrança das custas finais antes da prolação da sentença;

8. Realizar cobrança de processos que se encontram com carga ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos Advogados, bem como os mandados que estejam com prazo extrapolado;

9. Realizar controle, cumprimento e cobrança das cartas precatórias (recebidas e expedidas) que já estejam com prazo extrapolado;

10. Distribuir os mandados aos Oficiais de Justiça por meio do Sistema LIBRA;

11. Providenciar a equiparação entre a contagem física e o acervo do LIBRA;

12. Observar as formalidades necessárias para o regular processamento dos autos, como certificações, carimbos e numeração de folhas;

13. Certificar e arquivar os processos finalizados e transitados em julgados;

14. Observar e cumprir as prioridades, especialmente os processos referentes aos réus presos e aos pendentes de apreciação de liminar;

15. Utilizar o controle de prazo disponibilizado pelo Sistema LIBRA;

16. Evitar a pré-conclusão dos autos, remetendo-os imediatamente ao gabinete quando prontos para decisão;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

17. Informar se as considerações e recomendações do Relatório de Correição foram cumpridas.

Juizado Especial Cível e Criminal:

1. Providenciar a identificação e cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como aqueles que são dotados das prioridades garantidas por lei;
2. Realizar a regular organização da secretaria e do gabinete;
3. Providenciar a regular alimentação dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
4. Realizar a juntada das petições pendentes, tanto física como eletronicamente;
5. Providenciar a regular tramitação processual e evitar a paralisação dos mesmos, especialmente os conclusos em gabinete há mais de 100 (cem) dias, assim como as demais prioridades;
6. Realizar o cumprimento integral das determinações judiciais, certificações, com a correta juntada dos documentos protocolados;
7. Realizar cobrança de processos que se encontram com carga ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos Advogados, bem como os mandados que estejam com prazo extrapolado;
8. Realizar controle, cumprimento e cobrança das cartas precatórias (recebidas e expedidas) que já estejam com prazo extrapolado;
09. Distribuir os mandados aos Oficiais de Justiça por meio do Sistema LIBRA;
10. Providenciar a equiparação entre a contagem física e o acervo do LIBRA;
11. Observar as formalidades necessárias para o regular processamento dos autos, como certificações, carimbos e numeração de folhas;
12. Certificar e arquivar os processos finalizados e transitados em julgados;
13. Utilizar o controle de prazo disponibilizado pelo Sistema LIBRA;
14. Realizar o recebimento dos processos no momento do recebimento;
15. Informar se as considerações e recomendações do Relatório de Correição foram cumpridas.

Bautista



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Direção do Fórum:


1. Realizar o regular processamento dos procedimentos administrativos;
2. Apresentar resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o motivo de não terem sido realizados as instruções dos procedimentos administrativos que tramitam na Comarca.

Após o esgotamento do prazo acima mencionado, com ou sem resposta, deverá a Secretaria desta Corregedoria de Justiça certificar e remeter os autos conclusos.

Esta decisão servirá como ofício.

À Secretaria, para as devidas providências, inclusive encaminhamento de cópia do Relatório de Correição à Comarca de Conceição do Araguaia.

Belém/PA, 08 de junho de 2016.


Desa. MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior



COMARCA: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA EDITAL Nº 001/2016-CJCI PERÍODO: 28/MARÇO/2016 A 1º/ABRIL/2016 Juíza Corregedora: DRA. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA	NO. PROCESSO: 2016.7.000929-6 SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR Data Cadastro: 05/04/2016 CLASSE: : CORREICAO - ORDINARIA
1. INFORMAÇÕES GERAIS	
1.1 JUIZ(A) DIRETOR DO FÓRUM: DRA. DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU	
1.2 SECRETÁRIO(A) DO FÓRUM: MARINÔ FERREIRA DA CRUZ - Auxiliar Judiciário	
1.3 ENDEREÇO: Av. Marechal Rondon, s/nº, Centro, Conceição do Araguaia/PA. CEP: 68540-000	
1.4 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio, porém não há no Fórum nenhuma documentação sobre tal situação.	
1.5 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: O prédio possui 14(quatorze), salas, conforme a seguir: uma sala destinada ao MP, gabinete da 2ª Vara com anexo, secretaria da 1ª vara com anexo, gabinete da 1ª Vara com anexo, secretaria da 2ª Vara com anexo, copa, Secretaria Geral do Fórum, Distribuição Judicial, UNAJ, sala Multidisciplinar, Salão do Tribunal do júri, 02 xadrez, sala dos oficiais de justiça e arquivo. O prédio possui 09(nove) banheiros.	
1.6 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Em que pese as condições estruturais serem consideradas boas, o espaço físico de ambas as secretarias (1ª e 2ª Vara) é insuficiente para o volume de processos.	
1.7 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: O trabalho de higiene e limpeza é realizado diariamente por 03 funcionárias da empresa terceirizada Amazônia Clean.	
1.8 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar: De um modo geral é bom, entretanto, deve-se atentar para as peculiaridades de cada secretaria, relatadas no relatório respectivo.	
1.9 SEGURANÇA: () Boa () Regular (x) Ruim Justificar: Dispõe de muro alto com cerca concertina. 01 policial militar permanece diariamente durante o expediente, isso somente quando tem magistrado na comarca. Durante o período noturno e durante o plantão, não há policiamento ou segurança. Dispõe de sistema de alarme. Não dispõe de porta com detector de metal.	



<p>1.10 ACESSIBILIDADE: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: O prédio dispõe de rampa e banheiros adaptados. Não há suporte para portadores de outras necessidades especiais.</p>
<p>1.11 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: O imóvel em que era a residência oficial foi demolido e construído novo prédio para abrigar o Juizado Especial, estando atualmente sendo utilizado para tal função.</p>
<p>2. SECRETARIA</p>
<p>2.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Não há processos na Secretaria do Fórum, apenas expedientes administrativos e assentamentos funcionais dos servidores, arquivados em pastas em armário único.</p>
<p>2.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: As pastas funcionais dos servidores encontram-se em um armário, divididas em lote de servidores do quadro do TJE e servidores cedidos. Os documentos guardados na secretaria do fórum encontram-se no mesmo armário, arquivados em pastas AZ, por tipo (ofícios, resoluções, portarias, provimentos) e por ano.</p>
<p>2.3 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Os autos permanecem com a Direção do Fórum. Observações CJCI: Há em trâmite perante a Comarca de Conceição do Araguaia 03 feitos administrativos desta espécie: 2011.7.007285-0 – Sindicância encaminhada à Comarca em 26/01/2012; 2014.7.000587-4 – Sindicância encaminhada à Comarca em 16/04/2014; 2014.7.001024-5 – Sindicância encaminhada à Comarca em 15/06/2015. Em análise dos mencionados autos, foi identificada a ausência de certidão de recebimento dos autos e da Portaria instaurando a Comissão Sindicante.</p>
<p>2.4 OBSERVAÇÕES GERAIS: A despeito da diligência dos servidores para manter organizados expedientes e pastas de assentos funcionais, também são mantidos na Secretaria do Fórum os materiais de expedientes para suprir as unidades judiciárias, bem como o computador servidor do sistema de informática, como todo o cabeamento necessário, o que acarreta severa diminuição de espaço para as estações de trabalho dos servidores.</p>
<p>3. DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO</p>
<p>3.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: Dercina Pereira Salgado – agente de segurança, na função de Chefe da Distribuição.</p>
<p>3.2 OBSERVAÇÕES GERAIS: A Distribuição do Fórum e Protocolo contam com três computadores e duas impressoras (uma para papel A4 e outra de etiquetas adesivas) e</p>



apenas um no-break, apontando a servidora responsável pelo setor que tais equipamentos não atendem satisfatoriamente às necessidades da demanda de serviço, mormente em razão da lentidão da internet e dos computadores utilizados.

O espaço físico é bom, contando com três armários, um utilizado para guarda de livros de protocolo e de distribuição antigos (contendo ainda processos arquivados há mais de uma década, os quais orientou-se à servidora que deveriam ser registrados e encaminhados ao setor de arquivo), outra para pastas AZ de arquivo de papeletas de distribuição dos anos de 2013, 2014 e 2015, e o terceiro com a demanda do dia, ou seja, as petições por protocolar e aquelas aguardando encaminhamento às varas.

Foram localizadas cerca de quarenta petições intermediárias aguardando encaminhamento às varas, todas protocoladas na data de hoje (29/03), a serem remetidas no dia subsequente. Apenas duas petições mais antigas foram localizadas (uma intermediária protocolada em fevereiro de 2016 e não encaminhada a vara e um inquérito concluído, com réu solto, que por equívoco acreditava a servidora tratar-se de flagrante que aguardava chegada de inquérito).

O aspecto geral do setor aponta diligência dos servidores nele lotados, não sendo verificados indícios de haver petições antigas aguardando registro.

4. SETOR DE ARQUIVO

4.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: MARINÕ FERREIRA DA CRUZ - Secretário do Fórum

4.2 OBSERVAÇÕES GERAIS: A Sala destinada ao arquivo do fórum encontra-se abarrotada de processos, preenchendo todos os armários disponíveis, bem como o espaço acima dos armários e chão da sala. Nota-se ainda, que há bens apreendidos em processos, bem como bens patrimoniais (servíveis e inservíveis) do TJEP, junto dos processos arquivados, ocasionando um ambiente insalubre, propício a proliferação de insetos e outras pragas, bem como dificultando a localização rápida dos expedientes arquivados definitivamente.

Observa-se ainda que também encontram-se processos arquivados, bens apreendidos processuais e bens patrimoniais do TJE na sala de carceragem atrás do salão do júri, bem como outros que encontram-se no pátio do fórum (veículos apreendidos e materiais de expediente inservíveis, tais como mobiliário quebrado), todos em franca deterioração.

5. SALA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA:

5.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: Não há servidor responsável, uma vez que não há Central de Mandados criada na comarca, sendo a distribuição feita pelas secretarias. Há cinco oficiais, todos do quadro, não havendo nenhum ocupando a função "ad hoc".

5.2 OBSERVAÇÕES GERAIS: A sala dos oficiais conta com três computadores, dois scanners, dois leitores óticos, uma impressora e um no break, que não atendem à demanda da comarca, uma vez que são divididos entre cinco oficiais, não havendo estações de trabalho definidas para cada um. Além disso, há equipamentos que são destinados de outros setores do Fórum, estando a título precário na sala dos oficiais, sendo indispensável que sejam destinados equipamentos e mobiliário (armários) para a sala dos oficiais. Apontaram ainda que, ante a previsão de futura instalação de Central de mandados, já foram encaminhados pelo TJE alguns equipamentos com tal destinação, os quais, contudo, encontram-se distribuídos entre outros setores enquanto não instalada a Central. Anseiam os oficiais pela instalação da Central, a fim de haver maior controle da distribuição de feitos, para que não haja sobrecarga de nenhum dos meirinhos.



6. UNAJ
6.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: ELIAS DANTAS DE OLIVEIRA – Auxiliar Judiciário, exercendo a função de Chefe da UNAJ da Comarca.
6.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS: Inicialmente, asseverou o servidor responsável que as custas iniciais são sempre emitidas imediatamente, mediante solicitação dos advogados, não havendo no setor petições iniciais aguardando emissão de custas. Já para as custas intermediárias e finais, a demanda estimada pelo servidor responsável pela UNAJ da comarca é de cerca de 25(vinte e cinco) processos por mês. Tais processos são encaminhados pelas secretarias à UNAJ, com tramitação através do sistema LIBRA. Eventualmente, conforme a disponibilidade de tempo do servidor responsável, este procura diretamente nas secretarias os feitos passíveis de cobrança de custas, diligenciando para aumento da arrecadação da unidade, o que refletiu-se no mês de fevereiro/2016 na subida para a 12ª posição no ranking de arrecadação judicial do TJEPA. Apontou ainda o servidor que sua disponibilidade para buscar de ofício processos passíveis de cobrança de custas diretamente nas secretarias encontra-se minorada por estar atualmente como responsável pelo suprimento de fundos da comarca, o que entende tal servidor violar a disposição constante na portaria nº 0374/2010-GP, que veda acumulação da chefia da UNAJ com outras funções estranhas a tal atividade. Informou ainda o servidor que anteriormente a assunção do suprimento de fundos, o prazo médio de permanência dos feitos no setor não ultrapassava 48(quarenta e oito) horas, sendo que após a assunção da função de suprimento, o prazo médio aumentou para cerca de cinco dias.
7. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
7.1. SERVIDORES
7.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS:
8. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
8.1 VEÍCULOS: 2 Fiat Pálio EDX (um 2006 e um 2009) 1 Ford Ranger (2014) 1 moto BROS (2014)
8.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar: há necessidade de veículo fluvial (“voadeira” de alumínio com motor 25HP) para cobrir as necessidades de diligências e serviço multidisciplinar da comarca nos povoados ribeirinhos.
8.3 INFORMÁTICA:
8.3.1 ACESSO À INTERNET:



() Bom (X)Regular ()Ruim
Justificar: há oscilações no serviço, com momentos de inoperância da rede, tendo sido ampliado o link de internet para 2MB no ano de 2014, ocasionando melhora no serviço.

8.3.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 48 pontos, que não atendem satisfatoriamente a demanda, sendo necessários mais pontos na sala da equipe multidisciplinar, bem como nas 1ª, 2ª e Juizado Especial, sendo que no JECC há pontos que não funcionam no gabinete do magistrado, recepção do gabinete, secretaria do JECC.

8.3.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA e SIGADOC (administrativo)

8.3.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): tjepa017@tjpa.jus.br
(secretaria do fórum)

9. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

9.1. - 1ª VARA

Gabinete(1ª Vara)

Nome: LUCAS COELHO ALMEIDA

Cargo: Assessor de Juiz

Ato de Nomeação: Portaria nº4943/2015

Nome: MAYKLENE MICHELIT PEREIRA NUNES

Cargo: Auxiliar

Ato de Nomeação: Portaria nº 006/2015(Prefeito Sta Maria das Barreiras)

Nome: ERICA JULIO FERNANDES

Ato de Nomeação: Portaria nº 161/2014(Prefeitura de Sta. Maria das Barreiras)

Nome: HYURE GUSMÃO ALVES

Ato de Nomeação: Portaria nº 089/2013(Prefeito de Sta Maria das Barreiras)

SECRETARIA(1ª Vara)

Nome: ANDRÉIA FALCÃO SILVA

Cargo: Diretora de Secretaria.

Ato de Nomeação: Portaria nº351/2011

Nome: ANAJARINO ROSALVES PEREIRA

Cargo: Agente de Segurança

Ato de Nomeação: Portaria nº021/1991

Nome: SILIEL SILVA PEREIRA

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de Nomeação: Portaria nº2481/2011

Nome: SORAYA CRISTINA DE MIRANDA OLIVEIRA

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de Nomeação: Portaria nº 261/1992



SERVIDORES CEDIDOS (1ª Vara)

Nome: RAFAEL LUIZ ALVES DE OLIVEIRA

Cargo: Auxiliar

Ato de Nomeação: sem documentação

Nome: RUAN DA SILVA SANTOS

Cargo: Auxiliar

Ato de Nomeação: sem documentação.

ESTAGIÁRIOS

Nome: PAULA CRISTINY DOS SANTOS LOPES

9.2 - 2ª VARA

GABINETE (2ª VARA)

Nome: KELLY KAROLINA CORREA DE AMORIM

Cargo: Assessora de Juiz

Ato de Nomeação: Portaria nº2926/2012

Nome: ALINE COSTA SOUSA

Cargo: Analista Judiciária-Direito

Ato de Nomeação: Portaria nº2570/2009

Nome: LETÍCIA SANTOS NERY

Cargo: Auxiliar

Ato de Nomeação: sem documentação.

Nome: PHILIPPE PEREIRA CARNEIRO DE SOUSA

Ato de Nomeação: Portaria nº 003/2013(Prefeitura de Sta Maria das Barreiras)

SECRETARIA (2ª VARA)

Nome: CARLITO MONTEIRO DA SILVA

Cargo: Diretor de Secretaria

Ato de Nomeação: Portaria nº0883/1993

Nome: RENILDO ALVES DOS SANTOS

Cargo: Agente de Segurança

Ato de Nomeação: Portaria nº022/1991

Nome: RITA DE SOUZA PARREIRA

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de Nomeação: Portaria nº0981/1991

SERVIDORES CEDIDOS

Nome: Bruno Silva de Sousa

Ato de Nomeação: contrato por tempo determinado 109/2016(Prefeitura de Floresta do Araguaia)



Nome: Ivanilde Paes de Almeida
Ato de Nomeação: sem documentação

Nome: Pedro Lopes Vieira Neto
Ato de Nomeação: contrato de trabalho por tempo determinado nº118/2016(Prefeitura de Floresta do Araguaia).

Nome: Wallace Lucas de Abreu Costa
Ato de Nomeação: Contrato de trabalho por tempo determinado nº 122/2016(Prefeitura de Floresta do Araguaia).

ESTAGIÁRIOS

Sara Miranda Vieira

9.3 OUTROS SETORES (UNAJ)

Nome: ELIAS DANTAS DE OLIVEIRA
Cargo: Chefe da UNAJ
Ato de Nomeação: 025/1991

9.4 OUTROS SETORES (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)

Nome: LEYDE LELMA VIEIRA DA CONCEIÇÃO
Cargo: Assistente Social
Ato de Nomeação:0728/2014

9.5 OUTROS SETORES (SALA DOS OFICIAIS)

Nome: BEN-HUR DE SOUSA SILVA
Ato de Nomeação: 1.260/2006

Nome: ARISTEU PEREIRA BARROS
Ato de Nomeação:0385/1992

Nome: LUIS GONZAGA AGUIAR DE SOUSA FILHO
Ato de Nomeação: Portaria nº 1495/2003

Nome: MARIA ANA DOS SANTOS LIMA
Ato de Nomeação: Portaria nº1124/2011

Nome: MAURÍCIO WAGNER AQUINO FONTENELLE
Ato de Nomeação: Portaria nº0384/1992

9.6 OUTROS SETORES (DISTRIBUIÇÃO)

Nome: DERCINA PEREIRA SALGADO
Cargo: Distribuidora Judicial
Ato de Nomeação; Portaria nº 023/1991

SERVIDORES CEDIDOS (DISTRIBUIÇÃO)

Nome: GILDIANY PEREIRA TAVARES FILIPE
Cargo: Auxiliar



Ato de Nomeação: sem documentação.

Nome: VÂNIA CAMPOS DE SOUSA

Cargo: Auxiliar

Ato de Nomeação: sem documentação.

9.7. OUTROS SETORES (SECRETARIA GERAL DO FÓRUM)

Nome: MARINÔ FERREIRA DA CRUZ

Cargo: Secretário Geral do Fórum

Ato de Nomeação: Portaria nº 026/1991

Nome: EDIVALDOALVES DE SOUZA

Cargo: Secretário da Direção

Ato de Nomeação: Portaria nº 633/1991

10. CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

<p>COMARCA: Conceição do Araguaia/PA</p> <p>EDITAL Nº 01/2016</p> <p>PERÍODO: 28/03/2016 a 01/04/2016</p> <p>Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA</p>
<p>1. INFORMAÇÕES GERAIS</p>
<p>1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia</p>
<p>1.2 COMPETÊNCIA: Cível, Criminal, Infância e Juventude, Fazenda Pública, Execução Penal em Meio Aberto</p>
<p>1.3 MAGISTRADO (A): Dra. Danielly Modesto de Lima Abreu, Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal, respondendo pela 1ª Vara</p>
<p>1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo</p>
<p>1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A partir de 06/02/2016, até ulterior deliberação.</p>
<p>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</p>
<p>2.1 ENDEREÇO: Av. Marechal Rondon, s/nº, Centro, Conceição do Araguaia/PA. CEP: 68540-000</p>
<p>2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio, porém não há no Fórum nenhuma documentação sobre tal situação.</p>
<p>2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Secretaria da 1ª Vara: 01 sala com 02 compartimentos. Gabinete: 01 sala com 02 compartimentos.</p>
<p>2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (x) Regulares () Ruins Justificar: O prédio foi reformado recentemente, contudo, o espaço físico reservado para a secretaria da 1ª Vara é considerado pequeno considerando o volume de processos.</p>
<p>2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: O trabalho de higiene e limpeza é realizado diariamente por 03 funcionárias da empresa terceirizada Amazônia Clean.</p>
<p>2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Na secretaria há necessidade de mais armários ou prateleiras para acondicionamento e organização dos processos.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA

2.7 SEGURANÇA: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Ruim Justificar: Dispõe de muro alto com cerca concertina. 01 policial militar permanece diariamente durante o expediente, isso somente quando tem magistrado na comarca. Durante o período noturno e durante o plantão, não há policiamento ou segurança. Dispõe de sistema de alarme. Não dispõe de porta com detector de metal.		
2.8 ACESSIBILIDADE: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: O prédio dispõe de rampa e banheiros adaptados. Não há suporte para portadores de outras necessidades especiais.		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: O imóvel em que era a residência oficial foi demolido e construído novo prédio para abrigar o Juizado Especial, estando atualmente sendo utilizado para tal função.		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Danielly Modesto de Lima Abreu, a partir de 06/02/2016, até ulterior deliberação.		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Wander Luis Bernardo – no período de férias da magistrada que está respondendo, de 07/01 a 11/02/2016		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias – 07/01 a 11/02/2016		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, Juíza Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal e respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia. Juíza da 24ª Zona Eleitoral.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Mutirão de réu preso – Maio e Agosto/2015. Semana Nacional da Conciliação – Novembro/2015.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não houve		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU	Outubro/2010	06/02/2015
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Nome: Lucas Coelho Almeida		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Cargo: Assessor de juiz – exclusivamente comissionado.

Ato de nomeação: Portaria nº 4943/2015-GP

Ato de lotação: Portaria nº 4943/2015-GP

Nome: Erika Julio Fernandes – cedida pela Prefeitura de Sta. Maria das Barreiras/PA

Ato de nomeação: Portaria nº 161/2014

Nome: Hyure Gusmão Alves – cedido pela Prefeitura de Sta. Maria das Barreiras/PA

Ato de nomeação: Portaria nº 089/2013

Nome: Mayklene Michelit Pereira Niunes – cedida pela Prefeitura Sta. Maria das Barreiras/PA

Ato de nomeação: Portaria nº 006/2015

4.2 SECRETARIA:

Nome: Andréia Falcão Silva

Cargo: Analista judiciário exercendo a função de Diretora de Secretaria

Ato de nomeação: Portaria nº 351/2011-GP; nomeação como Diretora: 07/2013

Ato de lotação: Portaria nº 351/2011-GP

Nome: Anajarino Rosalves Pereira

Cargo: Agente de Segurança

Ato de nomeação: Portaria nº 021/1991-GP

Ato de lotação: Portaria nº 021/1991-GP

Nome: Siliel Silva Pereira

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 2481/2011-GP

Ato de lotação: Portaria nº 4688/2013-GP

Nome: Soraya Cristina de Miranda Oliveira

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 261/1992-GP

Ato de lotação: Portaria nº 261/1992-GP

Nome: Ruan da Silva Santos – cedido pela Prefeitura de Conceição do Araguaia/PA

Ato de nomeação: sem documentação nesse sentido

Nome: Rafael Luiz Alves de Oliveira – cedido pela Prefeitura de Sta. Maria das Barreiras/PA

Ato de nomeação: sem documentação nesse sentido

Nome: Paula Cristiny dos Santos Lopes

Cargo: Estagiária de Direito – CIEE

4.3. OUTROS SETORES: Prejudicado, informação fornecida pela secretaria do Fórum.

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Alfredo Amorim – de 2009 até a presente data.

Clemilda Aquino da Costa – de 2011 até a presente data.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Alfredo Amorim – Titular da 2ª PJ de Conceição do Araguaia; Clemilda Aquino da Costa – Titular da 3ª PJ de Conceição do Araguaia.
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, Promotor Alfredo está respondendo pela 1ª PJ de Conceição do Araguaia e Eleitoral. A Promotora Clemilda é coordenadora do Polo Sudeste II e atua no Juizado Especial Criminal.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Emília Benigno Lima, desde 02/05/1986.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não Observações CJCI: Durante a Correição foi relatado que há enorme carência de Defensores Públicos, sobretudo diante da iminência de aposentadoria da única Defensora Pública. Relataram dificuldade principalmente na defesa em feitos criminais, situação que está sendo amenizada com a nomeação de advogados dativos.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA: Prejudicado, informação fornecida pela Secretaria do Fórum.
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado, informação fornecida pela Secretaria do Fórum.
6.2 INFORMÁTICA: Secretaria: 11 computadores (CPU e Monitor); 01 impressora multifuncional; 03 scanners, somente 02 funcionando; 01 impressora zebra que não está funcionando; 04 nobreaks, somente 03 funcionando. Gabinete: 04 computadores; 01 impressora simples; 01 scanner; não há nobreaks; equipamento para gravação de audiência.
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom () Regular (x) Ruim Justificar: Este é um dos principais problemas da comarca, pois a internet apresenta constantes falhas e oscilações, prejudicando todo o trabalho desenvolvido.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Secretaria: 06 pontos de rede, os quais atendem a necessidade da secretaria. Gabinete: 02 pontos, que atendem a necessidade do gabinete. Ressalta-se que o principal empecilho nas atividades diárias, é a velocidade e eficiência da internet.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1conceicaoaraguaia@tjpa.jus.br Todos servidores da secretaria têm acesso ao e-mail, mas é verificado diariamente pela Diretora de Secretaria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA

7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar: Os processos são guardados em caixas, conforme orientação da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar: Observações CJCI: Alguns feitos estavam sem tramitação interna.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? () Sim (x) Não Justificar: 02 servidores cedidos estão sem senha. Observações CJCI: Durante a Correição, a Diretora de Secretaria foi orientada a solicitar as senhas para os servidores que não possuem.
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (x) Sim () Não Justificar: Observações CJCI: Somente a magistrada possuiu TOKEN. Foi emitido pela Direção do Fórum, a Ordem de Serviço nº 001/2016 determinando que todos os servidores providenciem o respectivo TOKEN até final de março/2016, seguindo as "Orientações aos magistrados e servidores sobre a obtenção do certificado digital", manual expedido pela Secretaria de Informática. Somente 02 servidores não foram à Colinas/TO realizar a solicitação.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (x) Sim () Não Justificar: As designações e os termos de audiências são cadastrados e acompanhados pelo gabinete da 1ª Vara. Assim que retornam do gabinete são direcionados para cumprimento, dividindo-os entre réus presos, réus soltos e os de infância e juventude e cíveis. Há 01 servidor responsável pelo cumprimento de cada um. Após a expedição das intimações, são acondicionados nas caixas para distribuição do mandado/intimações. Quando é o caso, posteriormente é feita a remessa ao Ministério Público ou à Defensoria Pública, quando não é caso de remessa a tais órgãos, os cíveis e os criminais com réus presos são tramitados para a caixa de aguardando audiência, mas que não estão separados por mês. Os feitos criminais de réus soltos estão divididos por mês (ainda está pendente de cumprimento os feitos com audiências agendadas para abril/2016). A estagiária é responsável por verificar se há pendências de devolução de mandado ou juntada de petições/documentos, e o faz no dia anterior à audiência, remetendo então os autos conclusos. As audiências são realizadas de segunda a sexta. A pauta de audiência está para maio/2017, os feitos urgentes são marcados no prazo máximo de 45 dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (x) Não

Justificar: Os processos finalizados são arquivados.

Observações CJCI: Há muitos processos sentenciados pendentes de intimação da sentença e outros aguardando o decurso de prazo para certificação do trânsito. Falta verificar informações das análises processuais por amostragem.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? A publicação e a conferência são feitas pelo gabinete da 1ª Vara diariamente, exceto dias de quarta-feira e quando a internet não está funcionando.

8: QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2013: Prejudicado, libra não fornece.

TOTAL GERAL 2014: 2.605

Sentença: 454

Despacho: 1.036

Decisão interlocutória: 609

Audiências:

- Marcadas: 79
- Realizadas: 370
- Remarcadas: 14
- Não realizadas: 43
- Total: 506

TOTAL GERAL 2015: 3.530

Sentença: 545

Despacho: 1.303

Decisão interlocutória: 1.069

Audiências:

- Marcadas: 119
- Realizadas: 449
- Remarcadas: 21
- Não realizadas: 24
- Total: 613

TOTAL GERAL 2016 (Até 25/03): 793

Sentença: 125

Despacho: 349

Decisão interlocutória: 211

Audiências:

- Marcadas: 27
- Realizadas: 72
- Remarcadas: 00
- Não realizadas: 09
- Total: 108

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA

QUANTIDADE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA

CÍVEIS	2.374
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	1.353
Observações CJCI: No Portal das metas há o total de 1.684 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02.	
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	12
Observações CJCI: No Portal das metas há o total de 22 ações cíveis e penais incluídas na Meta 04. A equipe correicional analisou 20 destas ações. Vide informação da análise de processos por amostragem.	
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	13
CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013)	44
Observações CJCI: No Portal das metas há o total de 65 ações incluídas na Meta 02. A equipe correicional analisou 50 destas ações (das quais 06 estavam no MP), sendo que 01 tratava-se de agravado cadastrado de forma equivocada. Vide informação da análise de processos por amostragem.	
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	62
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	00
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	890
CRIMINAIS	
PENAIIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	1.628
Observações CJCI: No Portal das metas há o total de 1.684 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02.	
PENAIIS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	06
Observações CJCI: No Portal das metas há o total de 22 ações cíveis e penais incluídas na Meta 04. A equipe correicional analisou 20 destas ações. Vide informação da análise de processos por amostragem.	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	Prejudicado
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	Prejudicado
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	21
EXECUÇÃO PENAL	15
PENAIIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	575
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRAACIONAL	186
SITUAÇÃO DE RISCO	79
TUTELA	08



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA

GUARDA	36
ADOÇÃO	24
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	49
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	27
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	68
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	08
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA A CONTAGEM FÍSICA	5.101
Feltos com Tramitação Externa	449
Contagem Física + Tramitação externa	5.550
ACERVO LIBRA	6.461

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: A fonte desta informação é o Portal da Estatística, no link “Movimentos Processuais”.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1.056	139
2013	1.374	294
2014	1.079	802
2015	1.245	1.018

Observações CJCI: No Portal das Metas constam 662 ações distribuídas e 506 julgadas.

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar: Fitolho verde: infância e juventude; Fitolho amarelo: carta precatória; Fitolho preto: processos de Floresta do Araguaia; Fitolho lilás: processos de Santa Maria das Barreiras; Etiqueta pintada de laranja: Meta 02; Etiqueta marrom: Meta 04; Etiqueta azul: Meta 06; Etiqueta padronizada rosa: crime sexual; Etiqueta branca com informe na capa: idoso e prioridade; Fitolho vermelho: réu preso. Deficientes físicos não estão identificados.

Observações CJCI: Alguns processos conclusos em gabinete não estavam identificados.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(1) INICIAIS;

(1) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

- (2) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (2) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;
- (2) IDOSO;
- (1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (x) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (1) RÉU PRESO;
- (1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (2) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (2) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (3) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS		X
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (x) Não

Justificar: Não é utilizado nenhum tipo de controle.

Observações CJCI: Há em trâmite perante a Comarca de Conceição do Araguaia 03 feitos administrativos desta espécie: 2011.7.007285-0 – Sindicância encaminhada à Comarca em 26/01/2012; 2014.7.000587-4 – Sindicância encaminhada à Comarca em 16/04/2014; 2014.7.001024-5 – Sindicância encaminhada à Comarca em 15/06/2015. Em análise dos mencionados autos, foi identificado a ausência de certidão de recebimento dos autos ou tampouco de Portaria instaurando a Comissão Sindicante.

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012):

Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 1.684 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA

dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016.
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link " <i>lista de processos por unidade judiciária</i> " há 65 ações incluídas na Meta 06. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016.
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de Liminar ou Antecipação de Tutela: 29, sendo a data da conclusão mais antiga 19/05/2015.
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link " <i>lista de processos por unidade judiciária</i> " há 1.684 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016.
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: A secretaria não mantém controle do quantitativo de réus a partir do momento em que são condenados.
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 33 (trinta e três)
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (x) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Observações CICI: Falta verificar análise de processos por amostragem.
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 05 (cinco)
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00 (zero)
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00 (zero)
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (X) Não Justificar:
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 48 (Quarenta e oito)
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: (x) Sim () Não Justificar: São executadas pelo CREAS e fiscalizadas pela Equipe Interdisciplinar disponível no Fórum, a qual é composta por 02 assistentes sociais e 01 psicólogo, sendo este e uma das assistentes cedidos pela Prefeitura e pelo Governo do Estado. Observações CJCI: Falta verificar na análise processual por amostragem se foi identificada a fiscalização.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, Unidade de Acolhimento Paulo da Silva Nunes, Conselho Tutelar e CREAS.
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? (X) Sim () Não Justificar: Todos os sentenciados pela unidade judicial estão com guia de execução provisória, aguardando o decurso de prazo para interposição do recurso para poder expedir a guia definitiva. Observações CJCI: Falta verificar a análise de processos por amostragem.
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? (X) Sim () Não Justificar:
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Através de livro de frequência que contém o nome do condenado e a data de assinatura. Há - 01 servidor responsável por verificar o cumprimento. Observações CJCI: Falta verificar a análise de processos por amostragem.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Não há estabelecimento de custódia na comarca, somente a carceragem da delegacia, mas os presos permanecem pouco tempo encarcerados lá.
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 35 – contagem física
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 68 – contagem física
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: Não há controle
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta de controle de prazo. Contudo, os processos que aguardam devolução de carta precatória permanecem acondicionados em caixas identificadas, todavia, muitas vezes eles são direcionados a outra tramitação, mesmo antes da devolução da carta precatória.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00 (zero)
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 54 (cinquenta e quatro) – a secretaria mantém uma lista com os IPL's encaminhados ao Ministério Público, cada feito foi consultado no sistema Libra a fim de confirmar a tramitação externa.
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 42 (quarenta e dois) – a secretaria mantém uma lista com os IPL's encaminhados à DEPOL, cada feito foi consultado no sistema Libra a fim de confirmar a tramitação externa.
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 09 (nove) iniciais, em secretaria, pendentes de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA

autuação que foram recebidas no último dia da correição.		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00 (zero)		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 93 (noventa e três) em gabinete. Sendo a data da conclusão mais antiga 01/10/2015 (Processo nº 00001910-22.2011.8.14.0017)		
Observações CJCI: Na análise de processos por amostragem, foram identificados processos do ano de 2012 sem qualquer despacho. No gabinete, iniciais estavam misturadas com os demais autos.		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 420 (quatrocentos e vinte) – contagem física. No sistema Libra constam 1.645 (mil seiscientos e quarenta e cinco).		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: Somente as pendentes de juntada.		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 00 (zero)		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 1.147 (mil cento e quarenta e sete) – contagem física		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 691 (seiscentos e noventa e um) – contagem física		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00 (zero)		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 1.832 (mil oitocentos e trinta e dois) – contagem física. No sistema libra constam 1.632 (mil seiscientos e trinta e dois)		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 287 (duzentos e oitenta e sete) – contagem física		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
Observações CJCI: Foi informado pela secretaria, que os dados abaixo, extraídos do sistema Libra, não correspondem à realidade fática da unidade judicial, pois alguns oficiais não devolvem ou não devolviam o mandado pelo sistema.		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Aristeu Pereira Barros	405	06/02/2014
Ben Hur Sousa da Silva	307	07/02/2014
Maria Ana dos Santos Lima	05	24/03/2015
Maurício Wagner Aquino Fontenelle	60	20/10/2014
Luiz Gonzaga Aguiar de Sousa Filho	113	14/01/2014
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
(x) Sim () Não		
Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta de controle de prazo. Contudo, os processos que aguardam devolução de mandado permanecem acondicionados em caixas identificadas como "AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDANDO" permitindo o controle.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
Observações CJCI: Segundo a secretaria, o contingente extraído do sistema Libra não corresponde com a realidade fática da unidade judicial, relatando que no momento em que o ILP retorna do Ministério Público, com a proposta de ação penal, é distribuído por continuidade, gerando um novo documento, de forma que não se procedia a baixa da tramitação externa do IPL ao Ministério Público. Outra situação é que muitos feitos de competência da 2ª Vara – arquivados e em andamento – estão constando no relatório de tramitação externa da 1ª Vara.		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	210	16/01/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	Prejudicado
17.7.3 ADVOGADO	51	19/12/2014
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta para controle de prazo. O controle mantido pela secretaria é das saídas dos feitos.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (X) Não Justificar: Somente as armas de fogo estão cadastradas no LIBRA.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: As armas e bens apreendidos estão guardados em armários de aço fechados improvisados dentro da secretaria judicial.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar: Principalmente em se tratando de armas de fogo e munições apreendidas.		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
LISTA ANEXADA		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (X) Sim () Não Justificar: Este ano 2016 ainda não foi solicitado recolhimento. Todo ano a Comissão de Transporte passa pela Comarca para recolher tais objetos.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar: Não há pedido de doação pelo Comando do Exército.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (x) Sim () Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (x) Sim () Não Justificar:
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? () Sim (x) Não Justificar:
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (x) Sim () Não Servidor Elias Dantas de Oliveira
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar:
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
Grandes dificuldades enfrentadas por esta Secretaria prejudicam o trâmite processual de forma célere e eficiente, principalmente a falta de servidores qualificados, contando com apenas 04 (quatro) servidores do quadro; internet excessivamente lenta, prejudicando o lançamento de documentos no Libra; e falta de espaço físico.
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
Não foram apresentadas considerações.

Conceição do Araguaia/PA, 29 de março de 2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA

EDITAL Nº 001/2016

PERÍODO: 28/03/2016 a 01/04/2016

Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara Cível e Penal da Comarca de Conceição do Araguaia

1.2 COMPETÊNCIA: Privativa de Tribunal do Júri, Violência doméstica, Execução Fiscal, Família, Registro Público e por distribuição cível e penal.

1.3 MAGISTRADO (A): Danielly Modesto De Lima Abreu

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A partir de 05/02/2016

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO: MARECHAL RONDON, S/Nº, CENTRO – CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio, porém não há no Fórum nenhuma documentação sobre tal situação.

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:

Relacionar e descrever: A Secretaria da 2ª Vara disponibiliza de 01 sala com 02 compartimentos, um destinado aos processos cíveis e outra aos feitos criminais; Gabinete: 01 sala com 02 compartimentos.

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

() Boas () Regulares (X) Ruins

Justificar: O prédio foi reformado recentemente, contudo, há pouco espaço físico para a secretaria da 2ª Vara.

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:

(X) Boas () Regulares () Ruins

Justificar: O trabalho de higiene e limpeza é realizado diariamente por 03 funcionárias da empresa terceirizada Amazônia Clean.

2.6 MOBILIÁRIO:

() Bom (X) Regular () Ruim

Justificar: Todos em regular estado de conservação.

2.7 SEGURANÇA:

() Boa () Regular (X) Ruim

Justificar: Dispõe de muro alto com cerca concertina. 01 policial militar permanece diariamente durante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

o expediente, isso somente quando tem magistrado na comarca. Durante o período noturno e durante o plantão, não há policiamento ou segurança. Dispõe de sistema de alarme. Não dispõe de porta com detector de metal.

2.8 ACESSIBILIDADE:

() Boa (X) Regular () Ruim

Justificar: O prédio dispõe de rampa e banheiros adaptados. Não há suporte para portadores de outras necessidades especiais.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa () Regular () Ruim

Justificar: O imóvel em que era a residência oficial foi demolido e construído novo prédio para abrigar o Juizado Especial, estando atualmente sendo utilizado para tal função.

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Danielly Modesto de Lima Abreu – a partir de 05/02/2016, até ulterior deliberação.

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Danielly Modesto de Lima Abreu – 05/02/2016 até a presente data, diante da remoção do então magistrado titular.

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Não houve até o momento.

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, Juíza Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal e respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia. Juíza da 24ª Zona Eleitoral.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever: Semana Nacional do Júri – Março e Novembro de 2015.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Relacionar e descrever: Não houve.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 – Acrísio Tarja de Figueiredo – substituto	05/11/2009	24/01/2010
02 – Fredson Capeline – titular	15/06/2009	05/06/2011
03 – Marcos Paulo de Sousa Campelo – substituto	16/10/2015	25/10/2015
04 – Wander Luis Bernardo – titular	23/04/2012	05/02/2016
05 – Danielly Modesto de Lima Abreu – substituta	25/01/2010	Presente data

4. QUADRO FUNCIONAL (Incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: KELLY KAROLINA CORREA DE AMORIM
Cargo: Assessora de Juiz – exclusivamente comissionado
Ato de nomeação: Portaria n° 2926/2012-GP
Ato de lotação: Portaria n° 2926/2012-GP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Nome: ALINE COSTA DE SOUSA
Cargo: Analista Judiciário - Direito
Ato de nomeação: Portaria n° 2570/2009-GP
Ato de lotação: Portaria n° 2570/2009-GP

Nome: LETÍCIA SANTOS NERY – cedida pela Prefeitura de Floresta do Araguaia/PA
Ato de nomeação: sem documentação

4.2 SECRETARIA:

Nome: CARLITO MONTEIRO DA SILVA
Cargo: Auxiliar Judiciário exercendo a função de Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria n° 0883/1993-GP
Ato de lotação: Portaria n°

Nome: RENILDO ALVES DOS SANTOS
Cargo: Agente de Segurança
Ato de nomeação: Portaria n° 022/1991-GP
Ato de lotação: Portaria n° 022/1991-GP

Nome: RITA DE SOUZA PARREIRA
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação: Portaria n° 0981/1991
Ato de lotação: Portaria n° 0981/1991

Nome: WALLACE LUCAS DE ABREU COSTA – cedido pela Prefeitura de Floresta do Araguaia/PA
Ato de nomeação: Contrato de trabalho por tempo determinado n° 122/2016

Nome: PEDRO LOPES VIEIRA NETO – cedido pela Prefeitura de Floresta do Araguaia/PA
Ato de nomeação: Contrato de Trabalho por tempo determinado n° 118/2016

Nome: BRUNO SILVA DE SOUSA – cedido pela Prefeitura de Floresta do Araguaia/PA
Ato de nomeação: Contrato por tempo determinado n° 109/2016 (Prefeitura de Floresta do Araguaia).

Nome: IVANILDE PAES DE ALMEIDA – cedida pela Prefeitura de Conceição do Araguaia/PA
Ato de nomeação: sem documentação

Nome: SARA MIRANDA VIEIRA
Cargo: estagiário de Direito – CIEE

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Alfredo Amorim – de 2009 até a presente data
Clemilda Aquino da Costa – de 2011 até a presente data

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Alfredo Amorim – Titular da 2ª PJ de Conceição do Araguaia
Clemilda Aquino da Costa – Titular da 3ª PJ de Conceição do Araguaia

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, Promotor Alfredo está respondendo pela 1ª PJ de Conceição do Araguaia e Eleitoral. A Promotora Clemilda é coordenadora do Polo Sudeste II e atua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

no Juizado Especial Criminal.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Emília Benigno Lima, desde 02/05/1986.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não Observações CJCI: Durante a Correição foi relatado que há enorme carência de Defensores Públicos, sobretudo diante da iminência de aposentadoria da única Defensora Pública. Relataram dificuldade principalmente na defesa dos feitos criminais, situação que está sendo amenizada pela nomeação de advogados dativos.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA: Dois veículos FIAT PALIO, uma CAMIONETE FORD RANGER e uma moto BROZ 125.
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar: Atende as necessidades da Comarca.
6.2 INFORMÁTICA: Secretaria: 08 computadores; 01 impressora multifuncional; 02 impressoras zebras; 01 scanner; 04 nobreaks. Gabinete: 05 computadores; 01 impressora simples; 01 scanner; 04 nobreaks; equipamento para gravação de audiência.
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom () Regular (x) Ruim Justificar: O acesso a internet é considerado ruim pelo fato da internet ser de baixa velocidade, muitas vezes chega a não funcionar durante o expediente. Este é um dos principais problemas da comarca, pois a internet apresenta constantes falhas e oscilações, prejudicando todo o trabalho desenvolvido.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Secretaria: 05 Pontos, que é considerado suficiente pelo número de computadores na secretaria. Gabinete: 03 pontos que atendem a necessidade. Ressalta-se que o principal empecilho nas atividades diárias, é a velocidade e eficiência da internet.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 2conceicaoaraguaia@tjpa.jus.br São responsáveis por verificar os e-mails pelos servidores: Wallace Lucas de Abreu Costa – Auxiliar; Sara Miranda Vieira – Auxiliar; A verificação no e-mail da 2ª Vara é feita diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: As pastas estão em bom estado de conservação, bem como os processos antigos estão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

ganhando novas papeletas e pastas.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: São guardados em pastas A-Z dentro de um armário somente para esta finalidade, onde os documentos são separados por categoria e por ano.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: Todos os processos desta Secretaria estão devidamente tramitados internamente, onde a tramitação é feita de acordo com a fase do processo ou pelo expediente que foi feito.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? () Sim (X) Não Justificar: Somente os servidores do quadro do tribunal possuem, os cedidos e a estagiário estão sem senha. Observações CJCI: Durante a Correição, o Diretor de Secretaria foi orientado a solicitar as senhas para os servidores que não possuem.
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Sempre será importante a realização de treinamento para o bom desempenho dos trabalhos. Observações CJCI: Somente a magistrada possuiu TOKEN. Foi emitido pela Direção do Fórum, a Ordem de Serviço nº 001/2016 determinando que todos os servidores providenciem o respectivo TOKEN até final de final de Março/2016, seguindo as "Orientações aos magistrados e servidores sobre a obtenção do certificado digital", manual expedido pela Secretaria de Informática. Somente 02 servidores não foram à Colinas/TO realizar a solicitação.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: É impresso mensalmente o relatório das audiências designadas e é fixado no mural deste Fórum. As designações e os termos de audiências são cadastrados e acompanhados pelo Gabinete da 2ª Vara. A secretaria realiza o controle da seguinte forma: assim que retornam do gabinete é feita a triagem e os mais urgentes são cumpridos imediatamente, os outros feitos são acondicionados em caixas para cumprimento. Após o cumprimento, são acondicionados nas caixas identificadas como "aguardando audiência", mas sem a separação por mês. Um dia antes da audiência é verificado se há pendências de devolução de mandado ou juntada de petições/documentos, remetendo então os autos conclusos. A pauta de audiências está para 24/06/2016, os feitos urgentes são marcados no máximo até 60 dias. Os dias de segunda e sexta são reservados para casos urgentes. São realizadas entre 05 e 10 audiências diárias, dependendo do tipo de audiência.
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (X) Sim () Não Justificar: O arquivamento dos processos sentenciados pelo Juiz é feito mensalmente.
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

A publicação e conferência da resenha são feitas diariamente tanto por esta Secretaria quanto pelo Gabinete.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2013: 3.065

Sentença: 923

Despacho: x

Decisão interlocutória: 714

Audiências:

-Marcadas: 711

-Realizadas: 696

-Remarcadas: 15

-Não realizadas: Não consta, tendo em vista que todas as audiências que são designadas, quando não se realizam ou recebem certidão de redesignação ou termo de audiência.

-Total: 1.422

Tribunal do Júri:

-Marcados: 03

-Realizados: 02

-Remarcados: 01

-Não realizadas: Não consta, tendo em vista que todas as audiências que são designadas, quando não se realizam ou recebem certidão de redesignação ou termo de audiência.

-Total: 06

TOTAL GERAL 2014: 8.035

Sentença: 1.420

Despacho: 3.316

Decisão interlocutória: 1.063

Audiências :

-Marcadas: 1.054

-Realizadas: 945

-Remarcadas: 109

-Não realizadas: Não consta, tendo em vista que todas as audiências que são designadas, quando não se realizam ou recebem certidão de redesignação ou termo de audiência.

-Total: 2.108

Tribunal do Júri:

-Marcados: 28

-Realizados: 11

-Remarcados: 17

-Não realizadas: Não consta, tendo em vista que todas as audiências que são designadas, quando não se realizam ou recebem certidão de redesignação ou termo de audiência.

-Total: 56

TOTAL GERAL 2015: 5.552

Sentença: 961

Despacho: 2.056

Decisão interlocutória: 771

Audiências:

-Marcadas: 853

-Realizadas: 784



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

-Remarcadas: 69
-Não realizadas: Não consta, tendo em vista que todas as audiências que são designadas, quando não se realizam ou recebem certidão de redesignação ou termo de audiência.
-Total: 1.706

Tribunal do Júri:
-Marcados: 29
-Realizados: 13
-Remarcados: 16
-Não realizadas: Não consta, tendo em vista que todas as audiências que são designadas, quando não se realizam ou recebem certidão de redesignação ou termo de audiência.
-Total: 58

TOTAL GERAL 2016 (até 25/03):
Sentença: 168
Despacho: 570
Decisão interlocutória: 208
Audiências:
-Marcadas: 116
-Realizadas: não consta a realização de nenhuma audiência no sistema libra. Verificar se foram cadastradas corretamente.
-Remarcadas: 00
-Não realizadas: 00
-Total: 116

Tribunal do Júri: 00

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	3.180
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	690
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	621
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.869
CRIMINAIS	614
PENAS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	190
PENAS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	00
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	130
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	75
EXECUÇÃO PENAL	12
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	207
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	160
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	10
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA A CONTAGEM FISICA	3.964
feitos com Tramitação Externa	326
Contagem Física + Tramitação externa	4.290
ACERVO LIBRA	4.412



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar: Todos os atos de secretaria estão de acordo com os respectivos manuais.		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Observações CJCI: A fonte desta informação é o Portal da Estatística, no link “Movimentos Processuais”.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1.309	403
2013	1.919	898
2014	1.475	1.577
2015	1.350	1.179
Observações CJCI: No Portal das Metas constam 700 ações distribuídas e 655 julgadas.		
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (X) Sim () Não Justificar: Réu preso: fita vermelha; Violência doméstica: fita verde; Idosos: faixa adesiva específica; Carta precatória: Fita rosa; Processos de Santa Maria das Barreiras: faixa adesiva roxa; Processos de Floresta do Araguaia: Fita adesiva preta; Meta 02 – CNJ: fita adesiva amarela.		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (4) INICIAIS; (5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (3) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (9) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS; (6) IDOSO; (7) AÇÕES DE ALIMENTOS; (1) RÉU PRESO; (8) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (2) ALVARÁ DE SOLTURA; (10) POR ORDEM CRONOLÓGICA (11) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (12) OUTRO OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG	X	
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 438 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016.		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Sim		
10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: 18 (dezoito), sendo a data de conclusão mais antiga, 29/01/2016.		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 438 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016.		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 33 (trinta e três)		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 26 (vinte e seis)		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim (x) Não Justificar: Apesar dos esforços despendidos, esta unidade não logrou êxito no atingimento da meta de nivelamento.		
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (x) Sim () Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Todos estão tramitados e em caixa própria, sendo feito um controle semanal. Observações CJCI: Falta verificar análise processual por amostragem.
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009: 62
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 17
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE – Prejudicado
13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXITEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar: Todos vêm acompanhados com a guia de recolhimento/internamento.
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (X) Não Justificar: Todos têm atestado de pena. Observações CJCI: Falta verificar análise processual por amostragem.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não Justificar: Todos são apreciados.
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Observações CJCI: Falta verificar análise processual por amostragem.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Não há estabelecimento de custódia na comarca, somente a carceragem da delegacia, mas os presos permanecem pouco tempo encarcerados lá.
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

14. PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 160 (cento e sessenta) – contagem física
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 10 (dez) – contagem física
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 99 (noventa e nove) – contagem física
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta para controle de prazo. Contudo, a secretaria controla a quantidade de carta precatória expedida condicionando os autos que aguardam devolução de carta precatória em caixa própria. A cobrança é feita mediante expedição de ofício ao juízo deprecado, sendo a periodicidade da cobrança cerca de 60 dias.
15. INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00 (zero)
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 05 (cinco) – contagem física
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 19 (dezenove) – contagem física dos ofícios encaminhando os autos à DEPOL.
16. PETIÇÕES
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 05 (cinco)
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 05 (cinco)
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 77 (setenta e sete) – contagem física
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 400 (quatrocentos) – contagem física. No sistema Libra constam 1.923 petições pendentes de juntada.
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 400 (quatrocentos), que são as pendentes de juntada.
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 328 (trezentos e vinte e oito) – contagem física
17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 929 (novecentos e vinte e nove) – contagem física
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 1.630 (mil seiscentos e trinta) – contagem física



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 22 (vinte e dois) – contagem física		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 206 (duzentos e seis) – sistema Libra		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 392 – contagem física		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ARISTEU PEREIRA BARROS	560	13.01.2014
BEM-HUR SOUSA DA SILVA	478	10.01.2014
LUIZ GONZAGA AGUIAR DE SOUSA FILHO	219	10.01.2014
MARIA ANA DOS SANTOS LIMA	17	22.02.2016
MAURÍCIO WAGNER AQUINO FONTENELLE	112	05.02.2016
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta para controle de prazo. Contudo, a secretaria controla a quantidade de mandados expedidos condicionando os autos que aguardam devolução mandado em caixa própria. A cobrança é feita através de notificação expedida pelo Diretor de secretaria, para que no prazo de 05 (cinco) dias, o Oficial de Justiça responsável por determinado mandado o devolva devidamente cumprido.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	298	12.03.2013
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	0	--
17.7.3 ADVOGADO	0	--
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta para controle de prazo. O controle mantido pela secretaria é de saída dos autos da unidade judicial. A cobrança é feita através de intimação por meio de ato ordinatório, para que o advogado devolva os autos no prazo de 48:00H (quarenta e oito horas).		
18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJG E Nº 04/2014-CJG)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não Justificar: Estão cadastrados apenas no sistema Libra, com lacre e etiquetadas dentro de um armário com essa finalidade.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: O único local disponibilizado é um armário dentro desta Secretaria.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar: É impresso uma cópia do termo de cadastro de bens/armas apreendidas e juntada nos autos.		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: - Relação de armas em anexo		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

SUNDOWN/WEB EVO, 2006/2006, COR: PRETA, CHASSI: 94J1XPBE66M002340	0002498- 26.2008.8.14.0017	TRADIÇÃO ADM. DE CONSÓRCIO LTDA X MARIVALVA RAMOS DE ABREU
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não Justificar: Foi feito um requerimento à Corregedoria no dia 30.09.2015		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Justificar: Há somente armário de armazenamento de armamentos e munições.		
19. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? () Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Justificar:		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não Servidor Elias Dantas de Oliveira		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não Justificar:		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não Justificar:		
20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		
Não foram apresentadas considerações.		
21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:		
Não foram apresentadas considerações.		

Conceição do Araguaia/PA, 29 de Março de 2016.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA EDITAL Nº 01/2016 PERÍODO: 28 a 29 de março de 2016 Juíza Corregedora: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
1.2 COMPETÊNCIA: MATÉRIAS CÍVEIS E CRIMINAIS PERTINENTES A LEI 9.099/95
1.3 MAGISTRADO (A): DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular do Juizado Especial Cível e Criminal
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Titular a partir de fevereiro do ano de 2015
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: AVENIDA MARECHAL RONDON, S/N, CENTRO, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA.
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: PREDIO PRÓPRIO
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Todas as salas estão sendo devidamente utilizadas, sendo: duas sala de conciliação, uma sala destinada a Defensoria Pública, outra a Promotoria e uma a OAB, secretaria do JEC, sala de audiência e gabinete. Ademais, um depósito e um arquivo. Por fim, copa e hall de entrada.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: INAUGURADA EM ABRIL DE 2014.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:



2.7 SEGURANÇA: <input checked="" type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar:		
2.8 ACESSIBILIDADE: <input checked="" type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar:		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Prejudicado. NÃO HÁ RESIDÊNCIA OFICIAL NA COMARCA		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Danielly Modesto de Lima Abreu, designada como Juíza Titular do Juizado Especial Cível e Criminal, a partir de fevereiro do ano de 2015.		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: A magistrada já respondia pelo Juizado Especial antes da titularidade. No entanto, foi a primeira Magistrada a ser titularizada na Vara		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias em janeiro de 2016.		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Atualmente, respondendo pelas 1ª e 2ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: 1 - Itinerâncias nos municípios de Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e seu respectivo distrito de Casa de T'Abua, bem como na zona rural de Conceição do Araguaia, Região da Bradesco, todos no ano de 2015. 2 – Mutirão de conciliação – CELPA, em 2015; Mutirão de Conciliação – Bancos, em 2015; e Semana Nacional da Conciliação.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não há.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
CELSON GUSMÃO DE MOURA	2010	2011
DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU	25/01/2010	-



WANDER LUIS BERNARDO	2012	2016
MARCOS PAULO DE SOUSA CAMPELO	08/2014	01/ 2015

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 Gabinete

Nome: Rafaela Aguiar Costa

Cargo: Assessora de Juiz

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 2432/2012-GP, em 28 de junho de 2012.

Ato de posse: PORTARIA Nº 2432/2012-GP, em 28 de junho de 2012.

Nome: Keurya Nunes Rodrigues

Cargo: Auxiliar de gabinete, cedida pela Prefeitura de Santa Maria das Barreiras.

4.2 SECRETARIA:

Nome: Wangles Martins de Carvalho

Cargo: Analista Judiciário, ocupando a função de Diretor de Secretaria.

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1736/2013-GP, em 08 de maio de 2013.

Ato de lotação: Portaria nº 2366/2014-GP, em 24 de julho de 2014.

Nome: Mirian França Nunes

Cargo: Auxiliar de Secretaria, cedida pela Prefeitura de Santa Maria das Barreiras.

Nome: José Osiel de Oliveira Pires

Cargo: Auxiliar de Secretaria e conciliador, cedido pela Prefeitura de Santa Maria das Barreiras.

Nome: Geany Albuquerque da Silva

Cargo: estagiária

Nome: Eduardo Barbosa da Silva

Cargo: estagiário

4.3. OUTROS SETORES:

Nome: Kayque Carneiro Neves

Cargo: Conciliador

Nome: Amanda Miranda Lima

Cargo: Conciliadora

Nome: Aniely Pilar dos Santos Barros

Cargo: Atermadora, cedida pela Prefeitura de Santa Maria das Barreiras.

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA



5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. ALFREDO MARTINS DE AMORIM, de 2009 até a presente data. Dra. CREMILDA AQUINO DA COSTA, de 2011 até a presente data.
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Dr. ALFREDO MARTINS DE AMORIM, Titular da 2ª Promotoria. Dra. CREMILDA AQUINO DA COSTA, Titular da 3ª Promotoria.
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não há Defensor Público na Comarca.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Prejudicado.
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Prejudicado.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA: A frota de veículos pertence à direção do Fórum. No entanto, os oficiais de Justiça utilizam quando precisam cumprir os mandados.
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Necessários esclarecer que os veículos são da Direção do Fórum, conforme informado acima, havendo, vez ou outra, a utilização dos mesmos pelos oficiais de justiça.
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Ruim Justificar: Reiteradas falhas no sinal de internet durante todo o ano de 2015, perdurando também no ano em curso.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 12 Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim, atende a todos os computadores da vara.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:



6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):

jeconceicaoaraguaia@tjpa.jus.br

Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência?

O Diretor de Secretaria. Diariamente.

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(x) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar:

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar:

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(x) Sim () Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(x) Sim () Não

Justificar: Há necessidade de treinamento quanto logística e gestão de secretaria, por exemplo: gestão de processos e organização de secretaria.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(x) Sim () Não

Justificar: As audiências são cadastradas pela secretaria.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(x) Sim () Não

Justificar: O sistema LIBRA acusa a existência de processos que deveriam ter sido arquivados no último recadastramento, em média 200 processos.



7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Conforme a demanda, pois se utiliza principalmente o sistema PROJUDI. Utiliza-se o Diário de Justiça eventualmente para publicação das decisões do LIBRA.

Verificou-se a quantidade de 14 (catorze) sentenças pendentes de publicação no Sistema, com a devida certificação do trânsito em julgado. Algumas delas datadas do ano de 2014.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2013:

Sentença: 247

Despacho: 204

Decisão interlocutória: 46

Audiências :

-Marcadas: 1.793

-Realizadas: 1054

-Remarcadas: 593

-Não realizadas: 146

-Total - 3082

TOTAL GERAL 2014:

Sentença: 534

Despacho: 353

Decisão interlocutória: 192

Audiências :

-Marcadas: 3.009

-Realizadas: 1.451

-Remarcadas: 1434

-Não realizadas: 124

-Total - 5839

TOTAL GERAL 2015:

Sentença: 551

Despacho: 407

Decisão interlocutória: 359

Audiências :

-Marcadas: 2177

-Realizadas: 1797

-Remarcadas: 229

-Não realizadas: 470

-Total - 4.673

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA

QUANTIDADE

CÍVEIS

CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)

1604 (PROJUDI e LIBRA)

CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013

AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL



31/12/2013	COLEITIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ	
	31/12/2013)	
	ACÕES CÍVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
	RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	3.375
	CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.894
	CRIMINAIS	
	PENAS - META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	136
	PENAS - META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	
	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
	PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	
	TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	699
	EXECUÇÃO PENAL	
	PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	563
	INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	ATO INFRAACIONAL	
	SITUAÇÃO DE RISCO	
	TUTELA	
	GUARDA	
	ADOÇÃO	
	EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	
	GARTAS PRECATORIAS	
	PRECATORIAS CÍVEIS	10
	PRECATORIAS CRIMINAIS	18
	PRECATORIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	0
	TOTAL - QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FÍSICA	1126
	Feitos com Tramitação Externa	34



Contagem Física + Tramitação externa	1160	
ACERVO LIBRA	1191 (ativos)	
ACERVO PROJUDI	3377	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar:		
Não obstante os procedimentos estipulados pelo manual de rotina, segue-se com primazia os princípios e ritos estabelecidos pela lei 9099/95.		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	858	289
2013	999	247
2014	1173	534
2015	1116	551
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar:		
Há 427 processos físicos, todos são da META 2-CNJ.		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:		
<input type="checkbox"/> 6) INICIAIS;		
<input type="checkbox"/> 4) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ		
<input type="checkbox"/> 1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;		
<input type="checkbox"/> 5) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;		
<input type="checkbox"/> 2) IDOSO;		
<input type="checkbox"/> -) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;		
<input type="checkbox"/> -) AÇÕES DE ALIMENTOS;		
<input type="checkbox"/> -) RÉU PRESO;		
<input type="checkbox"/>) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;		
<input type="checkbox"/> -) ALVARÁ DE SOLTURA;		
<input type="checkbox"/>) POR ORDEM CRONOLÓGICA		
<input type="checkbox"/> 3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;		
<input type="checkbox"/>) OUTRO		
OBSERVAÇÕES:		



9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	x	
BACENJUD		
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-----	-----
NFOJUD	-----	-----
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-----	-----
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-----	-----
INFOSEG	-----	-----
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-----	-----
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-----	-----
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-----	-----
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-----	-----
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-----	-----

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: Não há PAD's ou sindicância em tramite.

10. INDICADORES CÍVEIS



10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012):

O Portal das Metas não está disponibilizando a porcentagem de cumprimento da Meta 02/2016 – CNJ. No entanto, utilizando como parâmetro o cumprimento da Meta 02/2015 – CNJ, a Vara cumpriu 43,41%.

Com relação aos processos listados como pertencentes à Meta 02/2016 – CNJ, o referido portal informa a quantidade exata, sendo de 1115 (mil cento e quinze).

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado.

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013):

Prejudicado

10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de Liminar ou Antecipação de Tutela:

Há dezoito pedidos de urgência, sendo a data mais antiga em 03/02/2015 (PROJUDI) – Processo nº. 0000503-09.2012.814.0948. Não foi verificado pedido de liminar ou antecipação de tutela pelo sistema LIBRA.

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012):

O Portal das Metas não está disponibilizando a porcentagem de cumprimento da Meta 02/2016 – CNJ. No entanto, utilizando como parâmetro o cumprimento da Meta 02/2015 – CNJ, a Vara cumpriu 43,41%.

Com relação aos processos listados como pertencentes à Meta 02/2016 – CNJ, o referido portal informa a quantidade exata, sendo de 1115 (mil cento e quinze).

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado.

11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado.

11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado.

() Sim () Não

Justificar:

11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado.

11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado



11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Prejudicado.
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado.
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado.
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado.
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA: Prejudicado.
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado.
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado.
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado.
13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado.
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado.



13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado.
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado.
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado.
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado.
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado.
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 10
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 18
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 04
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Cobrança bimestral dos mandados via ofício expedido através de malote digital.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS / TCO'S
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 14 (referente a T.C.O.)
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 19 (referente a T.C.O.)
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 00
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 0
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 0



16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 29 (PROJUDI)		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 12		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 0		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 61		
OBS: Processos pendentes de despacho: Cível: 38 e Criminal: 23 (LIBRA) Processos pendentes de decisão / sentença: Cível: 85 e Criminal: 79 (LIBRA) Processos pendentes de despacho: Cível: 88 (PROJUDI) Processos pendentes de decisão / sentença: Cível: 1195 (PROJUDI) RELATÓRIO DO PROJUDI EM ANEXO		
17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: Criminais:96; Cíveis: 97. Total: 193. Foi justificado pelo excesso de trabalho, falta de servidores, grande número de atos para cumprimento e falha da internet.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 69. Foi justificado pelo excesso de trabalho, falta de servidores, grande número de atos para cumprimento e falha da internet.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 1557		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 120		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Aristeu Pereira Barros	0	-
Luiz Gonzaga Aguiar De Sousa Filho	5	14/11/2014
Mauricio Wagner Aquino Fontenelle	02	18/11/2015
Ben-Hur Sousa da Silva	10	13/04/2015
Maria Ana	02	26/06/2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (x) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Não há cobrança.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

	QUANTIDADE:	CARGA ANTIGA:	MAIS
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	76	Março de 2016	
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	0	-----	
17.7.3 ADVOGADO	1	Março de 2016	
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Cobrança mensal via Ato Ordinatório, devidamente publicado no DJE.			
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/GNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)			
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:			
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Depósito que serve para guarda de demais objetos, seja armas ou materiais de expediente.			
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:			
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:			
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES	
Faca	0002895.28.2014.8140017	Tâmara Monteiro Jawabri	
-----	-----	-----	
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Não há armas de fogo pendentes de recolhimento.			



18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

() Sim (x) Não

Justificar: Depósito comum, devidamente especificado acima.

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

(x) Sim () Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

(x) Sim () Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

() Sim (x) Não

Justificar: Relatório em anexo

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

(x) Sim () Não

Chefe da UNAJ: Elias Dantas (Atendente Judiciário)

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

(X) Sim () Não

Justificar: Frequentemente. só há a emissão do boleto pela UNAJ.

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

() Sim (X) Não

Justificar:

As cobranças iniciais são dispensadas, conforme Lei 9.099/95. As cobranças iniciais e recursais cobradas na oportunidade do Recurso Inominado.

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Há necessidade de oferta de cursos para os servidores, tais como gestão de processos e secretaria, e técnicas de conciliação e mediação.

O sistema de internet precisa ser aprimorado, de modo a permitir a devida operação dos sistemas.

A quantidade de servidores na secretaria é insuficiente, havendo somente um servidor efetivo. Assim, restam serem lotados neste juizado mais 3 técnicos judiciários e 2 analistas judiciários.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Conceição do Araguaia, 28 de março de 2016.

6 - JUIZADOS ESPECIAIS

6.1- O protocolo de petições, inclusive as iniciais, é feito:

- pelo setor de atermações
- Por qualquer funcionário da secretaria
- por um funcionário especialmente designado
- outro – Distribuição para as peças físicas.

6.2- Onde são registradas as petições, reclamações e pedidos em geral?

- Livro
- Sistema
- Livro e Sistema
- Outro

6.3- As atermações são realizadas diariamente?

- SIM
- NÃO

Justificar:

As atermações são cadastradas no sistema PROJUDI.

6.4- Existe limite diário para redução a termo dos pleitos formulados oralmente?

- SIM
- NÃO

Justificar:

6.5- Estatísticas:

1	Quantas sessões conciliatórias foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	936
2	Quantas audiências instrutórias foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	673
3	Quantas audiências unas foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	0
4	Quantos processos foram encerrados por conciliação na fase preliminar?	2015 Cível: 139 Criminal: 81 ----- 2016 Cível: 19 Criminal:
5	Qual o número total de processos na fase instrutória nesta data?	321
6	Qual o número total de processos na fase julgamento nesta data?	814
7	Qual o número total de processos que se encontram na fase de cumprimento do título executivo?	69

OBS:

6.6 – A sentença tem sido prolatada nas audiências?

- Frequentemente
- Eventualmente, nas audiência de instrução.
- Raramente

6.7 – Qual a periodicidade de realização de Leilão?

- Por período
- Por quantidade de Processos
- Outro

OBS: Nunca foi realizado leilão.

6.9 – Em ordem crescente aponte os meios utilizados para intimação?

- 1) Correios
- 3) e-mail

- (2) Telefone
- (-) Fax – recurso não utilizado.
- (5) Oficial de Justiça
- (4) Outro – em cartório.

Identificar:

6.10 - Exame de 10 processos por amostragem (quanto a regularidade do rito processual próprio da Lei Federal nº 9.099/95)

Relatório em anexo.

7 – ESTATÍSTICAS

Total de processos constantes do sistema informatizado (LIBRA E PROJUDI)	4412
Total dos processos em andamento conferidos manualmente	1003
Total dos processos que ingressaram no último ano	952
Total de Processos que ingressaram no ano em curso	319
Total de processos fora da Secretaria/gabinete	18
Processos conclusos para sentença	834
Processos conclusos para despacho	69
Sentenças prolatadas no último ano civil (inclusive acordos e transações homologados)	551
Sentenças prolatadas no ano em curso (inclusive acordos e transações homologados)	334
Despachos interlocutórios prolatados no ano em curso.	37
Despachos de expediente prolatados no ano em curso.	98
Total de Audiências designadas no último ano	2177
Total de Audiências designadas no ano em curso	636
Total de Audiências realizadas no último ano	1787
Total de Audiências realizadas no ano em curso	352
Índice de produtividade do Juízo no último ano civil (divisão do número de sentenças proferidas pelo número de processos distribuídos no período)	551/952 = 0,578
Índice de produtividade do Juízo no ano em curso (divisão do número de sentenças proferidas pelo número de processos distribuídos no período)	111/263 = 0,422

9 - CORREIÇÕES ANTERIORES

9.1- Identificar data da última correição realizada e seu responsável:

Foi realizada em fevereiro de 2014.
Desembargadora Corregedora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Juiz Auxiliar da Corregedoria Jose Torquato Araujo de Alencar

9.2- Existem registros de recomendações na última correição realizada no Juízo?

() SIM (X) NÃO

9.3- Em caso afirmativo as recomendações registradas foram cumpridas?

() SIM () NÃO